

**CA
DER
NOS**
DO INSTITUTO
DE SOCIOLOGIA

N.º 1 | setembro 2022

CADERNOS IS-UP

CADERNOS DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DO PORTO, 1

2022

Ficha Técnica

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Título: Cadernos IS-UP - Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (N.º 1, 2022)

Direção: Lúcia Ferro, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP).

Coordenação editorial: Maria João Oliveira (IS-UP).

Equipa editorial: Eduardo Silva (FLUP); Inês Barbosa (IS-UP); João Teixeira Lopes (Departamento de Sociologia da FLUP e IS-UP).

Conselho Editorial Nacional:

Ana Brandão, Universidade do Minho
Ana Paula Marques, Universidade do Minho
António Firmino da Costa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dalila Cerejo, Universidade Nova de Lisboa
Fernando Bessa Ribeiro, Universidade do Minho
João Filipe Marques, Universidade do Algarve
Karin Wall, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Luís Baptista, Universidade Nova de Lisboa
Luísa Veloso, ISCTE-IUL
Madalena Ramos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Nuno Jerónimo, Universidade da Beira Interior
Paula Abreu, Universidade de Coimbra
Paulo Peixoto, Universidade de Coimbra
Pedro Abrantes, Universidade Aberta e ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Sandra Mateus, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Vitor Sérgio Ferreira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Conselho Editorial Internacional:

Apostolos Papadopoulos, Harokopio University, Atenas, Grécia

Heitor Frúgoli Jr., Universidade de São Paulo, Brasil
Julia O'Donnel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Luciana Andrade, PUC Minas, Brasil
M. Victoria Gómez, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha

Marta Soler Gallart, Universitat de Barcelona, Espanha

Marta Smagacz-Poziemska, Jaggielonski University, Cracóvia, Polónia

Sari Hanafi, American University of Beirut, Líbano
Teresa Consoli, University of Catania, Itália

Thomas Faist, Universitat Bielefeld, Alemanha
Victoria Alexander, Goldsmiths, University of London, Reino Unido

Yasmine Siblot, Université Paris 8, França

PUBLICAÇÃO BIANUAL

URL: https://ojs.letras.up.pt/index.php/Cadernos-ISUP_1

Edição: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

ISSN: 2975-8033

DOI: <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad1>

Design Capa: Jorge Almeida

Design e Paginação: José Teixeira

Data: setembro 2022

Local de Edição: Porto

Suporte: Eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

SUMÁRIO

Editorial *Cadernos IS-UP*

ARTIGOS

Dissensos em torno das margens e centros: planeamento urbano e contestação na zona oriental do Porto

Priscilla Santos

Na margem e no centro: A produção audiovisual das periferias e a Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte

Marcelo Braga de Freitas

A minha experiência de confinamento: análise de narrativas biográficas de jovens em transição para a vida adulta e para o ensino superior

Sandra Lima Coelho; Cláudia Carvalho Amador; Maria Isabel Guimarães

A importância das Redes Digitais no engajamento político dos jovens universitários: Reflexão sobre a atividade e presença da política em Portugal

Luigi Piantavinha

***New Age*: uma revolução cultural em dois momentos**

Tiago Pinto

EDITORIAL *CADERNOS IS-UP* | 1 [PT]

Lígia Ferro

Diretora Editorial Cadernos IS-UP

Maria João Oliveira

Coordenadora Editorial

João Teixeira Lopes; Inês Barbosa e Eduardo Silva

Comissão Editorial

Desde 1989 que o Instituto de Sociologia da Universidade trabalha com o objetivo central de contribuir para a sociologia e a sociedade. Através de várias atividades de investigação e desenvolvimento, uma forte equipa de investigadores e investigadoras tem vindo a construir uma base sólida para dar um contributo para a sociedade a várias escalas: local, regional, nacional e internacional. Sempre inquietos com a complexidade dos tempos em que vivemos, a Comissão Executiva do Instituto de Sociologia decidiu lançar a publicação *Cadernos da Pandemia* para estimular a reflexão sobre os anos difíceis que enfrentámos: uma pandemia inesperada derivada à propagação do vírus COVID-19. A resposta à chamada superou todas as expectativas. Recebemos propostas de publicação dos nossos investigadores afiliados (jovens e seniores) mas também de investigadores a trabalhar noutros contextos institucionais nacionais e internacionais. Em 2020, publicámos seis volumes digitais dos *Cadernos da Pandemia* abrangendo uma vasta gama de temas centrados nos desafios da investigação e da intervenção social. Apesar de estarmos a aproximarmo-nos do fim da pandemia, os desafios mantêm-se. O aumento das desigualdades sociais, devido não só aos efeitos económicos e sociais da pandemia, mas também a uma sociedade desigual que enfrenta turbulências inesperadas como a guerra na Europa, levou-nos a pensar que deveríamos continuar a proporcionar espaços de difusão do conhecimento e de discussão científica em estreito diálogo com a sociedade civil.

Cadernos IS-UP é uma revista criada para responder a estas preocupações, procurando estabelecer uma ponte entre universidade e sociedade, ciência e prática, ou mesmo entre investigação e intervenção social. A revista é uma publicação digital de acesso livre para todos/as leitores/as *online*. O acesso aberto ao conhecimento é uma prioridade para o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, e a revista *Cadernos IS-UP* é mais uma iniciativa que vai ao encontro desse objetivo.

Para o primeiro número, convidámos investigadores e profissionais a trabalhar no âmbito da Sociologia e de outras ciências sociais a enviá-nos as suas propostas. Estávamos particularmente interessados em aprender e discutir mais sobre a forma como a sociologia e as ciências sociais podem contribuir para enfrentar os desafios sociais, as potencialidades dos resultados da investigação junto de agentes académicos e

não académicos, a utilização concreta da evidência científica nas práticas de grupos e entidades, os desafios da interdisciplinaridade em contexto de investigação e/ou de intervenção social, o papel da investigação e da intervenção social nos processos de participação e empoderamento dos atores sociais e a interseccionalidade de saberes e ações no âmbito das esferas pública e/ou privada na abordagem aos problemas e desafios da sociedade. No entanto, para além destes tópicos, estávamos abertos a receber propostas relevantes para a sociologia e a sociedade no âmbito de um modelo de comunicação de *resposta rápida*. Procuramos textos mais curtos, mas igualmente coerentes e sólidos para a discussão científica social. É com muito gosto que aqui apresentamos o primeiro número desta publicação, estando já a preparar um segundo número temático para breve. Nesta primeira edição, encontrarão artigos com temas e escopos variados que poderão interessar a um amplo leque de leitores.

O primeiro artigo de Santos resulta de uma pesquisa realizada durante a época da pandemia sobre a forma como os conceitos de centro e periferia são mobilizados pela chamada “classe criativa” e pelas autoridades locais da zona oriental da cidade do Porto. A autora explora formas alternativas de *fazer cidade* por atores “não dominantes” e como estes conceitos são estrategicamente utilizados para definir as posições relacionais das cidades numa vasta rede urbana de polos em competição.

O segundo trabalho de Freitas centra-se na desigualdade de oportunidades e no acesso aos recursos culturais públicos em Belo Horizonte, Brasil. Na análise de entrevistas com produtores audiovisuais periféricos da cidade, torna-se claro que a lei municipal desafia o desenvolvimento de criatividades periféricas, uma vez que os produtores da periferia não beneficiam das mesmas oportunidades que os localizados nas áreas urbanas mais centrais.

Partindo de uma abordagem biográfica, Coelho, Amador e Guimarães analisaram as experiências de confinamento de 43 estudantes de Economia e Gestão no seu primeiro ano da faculdade e como o isolamento social teve impacto na sua vida quotidiana, principalmente no campo do lazer, onde a socialização com os pares é central. Estes estudantes não enfrentaram dificuldades económicas, mostrando como a privação social pode ter forte impacto na vida e experiências dos jovens na Universidade.

Piantavinha explora o papel dos meios de comunicação social no processo de envolvimento das jovens gerações. Os resultados da investigação revelam que o processo de digitalização é fundamental para compreender o envolvimento daqueles que estão engajados na política. De facto, a sociedade precisa de encarar a Internet e a digitalização como espaços e processos essenciais para a participação das gerações mais jovens na política e na sociedade.

Finalmente, Pinto apresenta um texto sobre a difusão de práticas espirituais ligadas a uma renovação do movimento *New Age*, mostrando como estas promovem valores ligados à ecologia e um sentido holístico

de bem-estar (físico e psicológico) baseado na *pertença à comunidade*. Ao mesmo tempo, o autor argumenta que o espaço digital é um contexto muito relevante para a difusão dessas práticas e comunidades.

Desejamos-lhe boas leituras e aguardamos com expectativa novas propostas de trabalhos e volumes temáticos, desejando facilitar a discussão científica e a construção de novas pontes entre a Sociologia, as Ciências Sociais e a sociedade..

EDITORIAL *CADERNOS IS-UP* | 1 [ENG]

Lígia Ferro

Editor-in-chief *Cadernos IS-UP*

Maria João Oliveira

The Editorial Board

João Teixeira Lopes; Inês Barbosa e Eduardo Silva

Editorial Board

Since 1989, the Institute of Sociology has been committed to contributing to sociology and society. Through several research and development activities, a strong team of researchers has been building a solid ground for the improvement of society at several scales, local, regional, national and international. Always very concerned by the complexity of the times we live in, the Institute of Sociology decided to launch the publication *Cadernos da Pandemia* (pandemic notebooks) to stimulate reflection on the hard years we faced an unexpected pandemic derived from the spread of the COVID-19 virus. The response to the call was overwhelming. We received publication proposals from our affiliated researchers (young and senior scholars) but also from researchers abroad, working in diverse institutional backgrounds. In 2020, we published six digital volumes of *Cadernos da Pandemia* on a wide range of topics focusing on the challenges of research and the ones faced in social intervention. Now all those challenges seem to be something from the past, despite the virus continuing among us. But the rise of social inequalities due not only to the pandemic times, but also to an unequal society facing unexpected turbulences such as the war in Europe, led us to think that we should continue to provide spaces for dissemination of knowledge, for scientific discussion in close dialogue with the civil society.

Cadernos IS-UP was created to respond to these concerns, seeking to establish a bridge between university and society, science and practice, or even between research and social intervention. The journal is a digital open-access publication accessible to readers online. Open access to knowledge is a priority for the Institute of Sociology of the University of Porto, and *Cadernos IS-UP* was one way more of achieving that goal. In this first edition, you will find articles with varied themes and scopes that may interest a wide range of readers.

For the first issue, we invited sociology scholars, other social science researchers, and professionals to send us their proposals. We were particularly interested in learning more on how sociology and the social sciences can contribute to addressing social challenges, the potentialities of research results for academic and non-academic agents, the use of evidence-based practices among groups and entities, the challenges of interdisciplinarity in the context of research and/or of social intervention, the role of research and of social intervention in the processes of

participation and empowerment of social actors and the intersectionality of knowledge and actions within the public and/or private spheres in addressing society's problems and challenges. Nevertheless, beyond these topics, we were open to receiving relevant proposals for sociology and society within a fast-response paper model. We seek shorter texts but equally consistent and vital for the discussion in sociology and the field of social sciences. So here we are now presenting the first number of this publication and preparing a second one.

The first article by Santos results from research carried out during the pandemic times on the way the concepts of centre and periphery are mobilised by the so-called "creative class" and the local authorities in the oriental zone of the city of Porto. The author explores alternative ways of making the city by "non-dominant" actors and how these concepts are strategically used to define the relational positions of cities in a broad network of cities.

The second paper by Freitas focuses on the inequality of opportunities and access to public cultural resources in Belo Horizonte, Brazil. In the analysis of interviews with peripheral audio-visual producers in the city, it becomes clear that the municipal law makes it challenging to develop peripheral creativities, as the producers from the outskirts do not benefit from the same opportunities as the ones located in the central urban areas.

Starting from a biographical framework, Coelho, Amador, and Guimarães analysed the lockdown experiences of 43 undergraduate students in their first year at the university studying Economy and Management and how social isolation impacted daily life, mainly in the field of leisure, where socialisation with peers is at the centre. These students didn't face economic difficulties, so we can see how social deprivation can hardly impact young people's lives and experiences at university.

Piantavinha explores the role of social media in the process of the young generations' engagement. Results from the research reveal that the digitalisation process is key to understanding the engagement of the ones who are engaged in politics. Indeed, society needs to look at the internet and digitalisation as essential spaces for the participation of the younger generations in politics and society.

Finally, Pinto presents a text on the diffusion of spiritual practices connected to a renewal of the *New Age*, showing how they promote values connected to ecology and a holistic sense of well-being (physical and psychological) based on community belonging. At the same time, the author argues that the digital space is a very relevant context for disseminating those practices and communities.

We wish you good readings while we are preparing a second thematic issue. We look forward to receiving your proposals of papers and thematic volumes and to entailing dialogue, wishing to facilitate the spread of your contribution to Sociology, Social Science and society.



DISSENSOS EM TORNO DAS MARGENS E CENTROS: PLANEAMENTO URBANO E CONTESTAÇÃO NA ZONA ORIENTAL DO PORTO

Priscilla Santos
Universidade Nova de Lisboa / ISCTE

Resumo

Este artigo pretende discutir as noções de centro/margem, ou centralidade/marginalidade, no planeamento urbano e suas contestações. O objetivo é analisar como essas noções são mobilizadas de forma não consensual nas conceções de identidade urbana pelo governo local e por profissionais da chamada “classe criativa” com foco na zona oriental do Porto, mais detidamente no Bonfim. A partir da análise do novo Plano Diretor Municipal do Porto e de entrevistas semi-diretivas com profissionais da chamada “classe criativa” no Bonfim, busco compreender como a autarquia associa a noção de identidade urbana à de centralidade. O centro histórico do Porto seria uma referência incontestável da identidade urbana da cidade, coesa e historicamente construída. Já para os profissionais da “classe criativa”, a identidade urbana também seria criada nas margens e interstícios, produzida por classes não-dominantes e por modos alternativos de se fazer cidade. Este debate será introduzido numa discussão mais ampla sobre centro/margem no planeamento urbano e seu agenciamento estratégico no posicionamento das urbes na concorrência global intercidades.

Palavras-chave: *planeamento urbano; identidade; classe criativa; centralidade/marginalidade*

DISSENTS AROUND THE MARGINS AND CENTERS: URBAN PLANNING AND CONTESTATION IN EAST PORTO

Priscilla Santos
Universidade Nova de Lisboa / ISCTE

Abstract

This article discusses the notions of core/periphery, or centrality/marginality, in urban planning and its contestations. It explores how centrality/marginality is mobilised in non-consensual ways in the conception of urban identity by the local government and professionals of the so-called “creative class”. It focuses on the urban area of Bonfim, East Porto, through the analysis of urban planning documents and semi-direct interviews conducted with “creative class” professionals. I sought to find out how the local council associates the notion of urban identity with centrality; it appears that the council considers Porto’s historic centre as a reference for its urban identity. However, for “creative class” professionals, urban identity is also created in the margins and interstices, by the non-dominant classes. This theme is introduced within a broader discussion on the concept of core/periphery in urban planning and how it is strategically mobilised in the context of global intercity competition.

Keywords: *urban planning; identity; creative class; centrality/marginality*

Introdução

As cidades têm sido um *locus* privilegiado na economia global, em que se assiste a uma simultânea dispersão de atividades económicas especializadas por diversas partes do mundo e a uma concentração de infraestruturas para estas atividades em certas urbes, que se configurariam enquanto pontos nodais de um circuito económico global (Sassen, 2008, 2018). Esse processo levaria a uma nova geografia das centralidades e marginalidades (Sassen, 2018), que se foca em lugares estratégicos, valorizando-os em detrimento do que está à margem dos centros do capitalismo. Essa dinâmica entre centralidades e marginalidades produzida via economia global inscreve-se localmente nas cidades por meio do planeamento urbano (Hall, 2021; Sassen, 2008, 2018; Robinson, 2006). As requalificações urbanas seriam estratégias para melhorar o posicionamento das urbes na hierarquia global entre cidades ou, nas palavras de Hall (2021), tentativas de converter as margens em novos centros.

Neste debate, Robinson (2006) contesta as abordagens que categorizam ou colocam as cidades em rankings, afirmando que embora a ideia de cidade-global ou cidade-mundo tenha contribuído para colocar no mapa urbes que não estão no centro político-económico do globo – como algumas metrópoles do Sul-Global –, esta reproduz a hierarquia entre cidades instalada pela Modernidade/Colonialismo. Para a autora, a cidade-global ter-se-ia tornado uma ficção regulatória que coloca algumas urbes como exemplos a serem imitados pelas demais. Potencialmente, todas as cidades estariam em busca de melhorar sua posição nessa hierarquia global. Inclusive, e talvez principalmente, aquelas que estão distantes das melhores posições: “Esses processos de formação de cidade-mundo são talvez mais relevantes para cidades definidas como fora do mapa de cidades-mundo, mas ansiosas por trilhar seu caminho até lá” (Robinson, 2006, p. 113). Em contrapartida, a autora propõe olhar para todas as cidades como *comuns* (*ordinary*), perspetivando suas diferenças e distinções enquanto diversidade e não como categorias hierárquicas. Para Robinson, abrir-se-iam assim outros modos possíveis de

se fazer cidade – sem desconsiderar as restrições das contestações e as relações de poder desiguais –, que podem inspirar também outros modos de urbanismo. Um urbanismo que saia de um olhar desenvolvimentista, que pretende sempre “evoluir” as cidades no sentido margem-centro.

Alinhando a esta literatura, neste artigo pretendo debater as interseções entre uma nova geografia dos centros e margens (Sassen, 2018), planeamento urbano e políticas de contestação a partir de uma dimensão territorial: o Bonfim, na chamada zona oriental do Porto, Portugal. O objetivo é articular duas principais reflexões: primeiramente, compreender como a referência de centro/centralidade se inscreve no planeamento urbano da cidade do Porto – cujo enfoque recai atualmente em converter as margens da cidade, da chamada zona oriental, em novas centralidades. Em segundo lugar, discutir como esse processo é contestado por atores sociais locais em seus discursos e práticas contra a hegemonia da cidade-centro. Na tríade competitividade global entre cidades, requalificação urbana e políticas de contestação, pretende-se contribuir especialmente neste último quesito, tentando demonstrar como discursos e práticas urbanas contra-hegemónicas conformam-se enquanto resistência e novas possibilidade de se fazer-cidade (Agier, 2015).

Começo por apresentar brevemente o enquadramento teórico deste debate, seguido pela contextualização da área de estudo e metodologia. Analiso depois trechos do Plano Diretor Municipal (PDM) do Porto (CMP, 2020), apontando como nele se articula a ideia de converter as margens da cidade em novos centros, tendo o centro histórico como referência incontestável da identidade urbana portuense. Em seguida, contraponho essa análise do PDM às narrativas de cidade de indivíduos ligados às “classes criativas” (Florida, 2012) que protagonizam a resistência às políticas de centralidade pensadas para a zona oriental do Porto e reclamam a existência de identidade da cidade em suas margens e interstícios. Concluo numa reflexão sobre como as noções de identidade e de centralidade-marginalidade são acionadas de maneira estratégica tanto pelos planeadores urbanos quanto pelos agentes de contestação, porém, em sentidos opostos.

Das margens ao centro

Sassen (2018) afirma que a nova geografia da centralidade e marginalidade que surgiu com a economia globalizada reproduziria desigualdades existentes, mas também resultaria de dinâmicas específicas do atual crescimento económico: as cidades globais acumulam poder económico enquanto as antes importantes cidades industriais, inclusive no Norte Global, entraram em declínio. As hierarquias entre cidades, a nível global e regional, criaram um território periférico excluído das dinâmicas que impulsionam a nova economia global. À escala da cidade, essa lógica se reproduziria: as áreas centrais e de negócios concentrariam os investimentos em imobiliário e telecomunicações nas áreas metropolitanas, enquanto as regiões mais marginais careceriam de recursos.

A não ser quando o propósito é transformá-las em novas centralidades, como Sassen (2008) já havia observado antes. Segundo a autora, as economias urbanas avançadas se conectariam ao planeamento urbano por via da requalificação de áreas centrais e marginais das cidades. Estas formariam, a seu ver, parte de um plano de atração não apenas de empresas globais como de empreendimentos culturais e, acrescenta-se aqui a partir de Harvey (2012), do turismo. Requalificar partes-chave das urbes, afirma Sassen (2008), seria uma plataforma para o rápido crescimento de atividades e fluxos globais nos âmbitos económico, cultural e político. Isso explicaria tanto porque a arquitetura e o planeamento urbano se tornaram tão importantes nas últimas décadas quanto porque existe uma crescente disputa por espaço nas cidades, emergindo daí um novo tipo de política centrada na ideia de direito à cidade (Lefebvre, 1968; Harvey, 2012). Sassen (2008) faz, assim, uma conexão entre competitividade global entre cidades, requalificação urbana e emergência de políticas de contestação.

Numa linha similar de articulação dos conceitos de centro e margem, centralidade e marginalidade enquanto referência e contra-referência para políticas urbanas e de contestação, Hall (2021) afirma que a forma como a cidade se projeta para o mundo, e inclusive para si mesma, é como um “centro”. No imaginário global, afirma a autora, centros

são tidos como grupos de espaços e pessoas compatíveis: distritos de negócios, *hubs* tecnológicos e zonas culturais, por exemplo. A centralidade seria, pois, construída por meio de relações de poder, prestígio e lucro, requerendo suas próprias formas de segregação por meio de regulações que codificam privilégios e reforçam exclusões.

Em um contexto de globalização do espaço central, os centros urbanos detêm um status proeminentemente classificado em uma tabela internacional de reivindicações por vantagem competitiva. A sua ligação à margem é prestada como subsidiária. Planejadores olham para a imagem e ideia do centro para iniciar ou replicar o que é considerado um sucesso. Eles tendem a olhar para as margens para conter ou mitigar o que consideram uma falha e, quando possível e rentável, para tornar a margem mais parecida com o centro (Hall, 2021, p. 119).

Hall (2021) contextualiza as iniciativas de regeneração urbana enquanto tentativas de reposicionar margens e centros ou, de maneira mais explícita, de recomposição de margens em novos centros. Segundo a autora, os projetos de reabilitação urbana teriam sido intensificados em cidades europeias como Londres, *lócus* de sua pesquisa, enquanto parte de um plano de recuperação da crise financeira global iniciada em 2008 – que, em Portugal, atingiu seu ápice em 2011 colocando a financeirização imobiliária enquanto um dos cerne das políticas de austeridade. Sob o édito do “liberalismo espacial” (Hall, 2021), as cidades globais teriam filiado um pacto mercado-estado colocando pressão nas margens, procurando trazê-las mais próximas ao centro aumentando seu valor de troca, ainda que com custos humanos.

A centralidade, afirma Hall (2021), seria uma forma de dominação política e económica que tem o espaço como meio. Uma economia-política da centralidade, diz a autora, se baseia não apenas na economia, mas também na anexação cultural – pela valorização ou relegação do que e quem importa. Mas essa tentativa de empurrar a margem em direção ao centro encontra repertórios de resistência forjados, segundo a autora, por subdivisões ativas do espaço, reinvenções de posse e formações de alianças. “Apesar da

dominância opressiva da centralidade e seus efeitos segregadores, continua essencial reconhecer as contestações cotidianas que reforçam os significados das margens enquanto espaços vitais fora da centralidade” (Hall, 2021, p. 120). Nesse sentido, a autora se questiona: como os fazedores das margens – pessoas vivendo e trabalhando em territórios limiares – resistem à ambição do estado e do mercado em substituir a margem por um centro?

O urbanismo, segundo Harvey (2009), seria um ponto privilegiado para capturarmos alguns aspetos importantes de processos sociais que operam na sociedade como um todo, tornando-se um espelho no qual outros aspetos sociais se refletem: “O centro urbano, por exemplo, contém uma periferia, pois não pode haver centro sem uma periferia e cada um ajuda a definir o outro” (Harvey, 2009, p. 16). Em sua visão, as bordas servem para amarrar relacionalmente a inevitável coprodução de centralidade e marginalidade por meio de sistemas altamente organizados de dominação e espoliação – que, no entanto, encontram os mais variados tipos de contestação como as que observei nos discursos e práticas urbanas de profissionais da “classe criativa” na zona oriental do Porto. Neste artigo, tento contribuir para os debates sugeridos por essa literatura a partir de uma análise articulada entre o urbanismo que tem como referência incontestável essa noção de centro/centralidade apontada pelos autores (Hall, 2021; Sassen, 2018; Harvey, 2009) e a cidade produzida apesar do planeamento urbano.

Contexto e metodologia

O Bonfim é uma freguesia do município do Porto criada em 1841 a partir da junção de partes de territórios pertencentes antes a três outras freguesias da cidade: Sé e Santo Ildefonso, na área central, e Campanhã, no extremo oriente do concelho. Embora tenha sido sempre alvo de marginalização simbólica (Pinto, 2005 e 2012), a zona oriental teve centralidade económica no período de industrialização do Porto, quando concentrou boa parte das fábricas. Dessa época permaneceram

casas operárias – muitas nas chamadas *ilhas*¹ –, além de palacetes burgueses oitocentistas que dividem espaço atualmente com prédios residenciais, alguns edifícios de estilo arte nova e modernista de interesse patrimonial. O Bonfim possui uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) desde 2015, que se caracteriza especialmente por incentivos fiscais para requalificação do edificado com meios privados.

O contexto deste estudo dá-se no Bonfim, mais detidamente no entorno alargado da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, onde são observadas quatro principais características socioespaciais: presença de antigos prédios industriais, alguns em estado de abandono, outros já reutilizados ou em obras; oferta de comércios tradicionais ou vernaculares (Zukin, 2012); ambiência artística decorrente da influência da Faculdade de Belas-Artes, que promove no entorno não apenas a circulação de artistas e estudantes de artes como presença de ateliês, galerias, cafés e restaurantes *artsy*, empreendidos e/ou frequentados por esse público. O quarto ponto recai sobre os comércios, via de regra mais recentes, que remetem à características de exclusividade, como cafés de especialidade e padarias artesanais. Na zona há, portanto, uma sobreposição de camadas estéticas e temporais em que o vernacular parece conviver com a cena artística e a atmosfera gentrificadora.

A metodologia utilizada neste artigo baseia-se na análise das narrativas de cidade coletadas no PDM do Porto e em entrevistas semi-diretivas com artistas e profissionais da “classe criativa” que vivem, trabalham e/ou frequentam o Bonfim. As entrevistas foram realizadas de julho de 2020 a janeiro de 2021, durante minha pesquisa de terreno no âmbito do mestrado em Sociologia na Universidade do Porto sobre os pequenos comerciantes imigrantes no Bonfim. A fim de não assumir os limites autárquicos da freguesia enquanto a delimitação do terreno investigado, busquei

1 As *ilhas* são conjuntos de moradias com condições de habitabilidade na maior parte das vezes insalubres construídas nos fundos de terreno de casas burguesas para abrigar a classe trabalhadora na época do Porto industrial, nos anos 1800.

perceber quais seriam os limites geográficos do Bonfim simbólico para aqueles que o viviam. Isso me levou às entrevistas com atores sociais de alto capital simbólico (Bourdieu, 2011) na região, como comerciantes tradicionais e artistas e profissionais da “classe criativa”, para os quais coloquei duas questões: *Em que ruas diria que começa e termina o Bonfim, à Norte, Sul, Leste e Oeste? Em sua opinião, quais são as principais características do Bonfim?* Ao todo, foram realizadas dez entrevistas com pessoas ligadas à arte e à cultura no Bonfim das quais selecionei seis para este artigo (uma arquiteta, uma fotógrafa, uma designer, duas

arte-educadoras e um cozinheiro) por serem as mais representativas das narrativas dissidentes à da cidade-turística, cidade-competitiva e, portanto, também à do planeamento urbano. A partir da análise do PDM e das entrevistas foi possível contrastar essas duas narrativas – a dos fazedores de centro e a dos fazedores de margem, se assim se pode dizer – mostrando como são produzidas de maneira oposta por esses diferentes atores.

Onde se constrói a identidade da cidade?

De entre os sete objetivos estratégicos do novo PDM do Porto (CMP, 2020) constam reforçar a competitividade de base económica urbana, o crescimento do emprego e desenvolver a capacidade de afirmação do Porto às escalas regional, nacional e internacional. O texto explicita a valorização de uma suposta “identidade cultural, urbanística e arquitetónica do Porto” (CMP, 2020, p. 37), focando-se em duas principais frentes de inserção de cidades nas redes globais: atração de empresas na indústria do conhecimento e criativa; investimento no turismo, com foco na valorização patrimonial, tida como marca de distinção (Harvey, 2012) da cidade.

Reconhecendo a intensa pressão turística a que tanto a Baixa quanto o centro histórico ficaram condicionados nos últimos anos, o novo PDM propõe descomprimir a dinâmica turística das áreas centrais expandindo-as ao oriente da cidade. A zona oriental do Porto é apontada como um conjunto de áreas que, ao longo de décadas, teriam registado um intenso processo de marginalização. Disporia de “espaços industriais e de armazenamento obsoletos, desativados, concentrando igualmente um elevado número de ‘ilhas’ e outras formas de ocupação residencial degradada” (CMP, 2020, p. 29). Tornando-se, assim, uma região com elevada “margem de experimentação” (CMP, 2020, p. 31) em contraste com outras áreas mais consolidadas da cidade. Com isso, o novo PDM propõe produzir nesta área do Porto “centralidades novas, emergentes ou potenciais” (CMP, 2020, p. 38). Mantém-se, pois, a noção de centro no cerne do planeamento urbano, ainda que seu enfoque

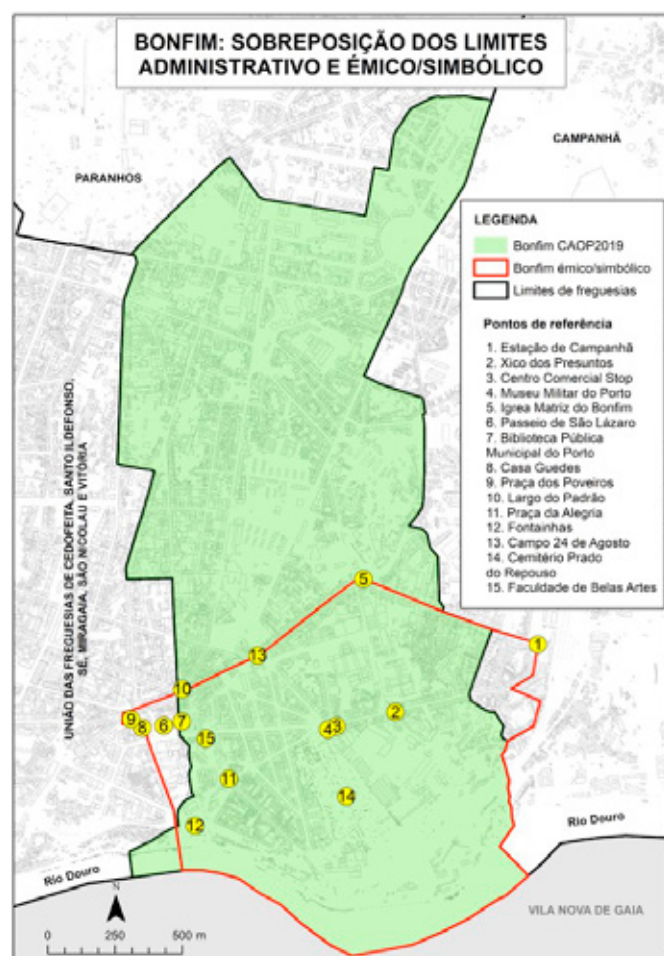


Figura 1. Sobreposição do mapa da freguesia do Bonfim, delimitação oficial, e o que é considerado Bonfim segundo 32 interlocutores entrevistados na zona, sendo dez pessoas ligadas às artes e à cultura. Fonte: Juliano Mattos.

geográfico agora recaia sobre a zona oriental da cidade.

Indo além, o relatório toca mais diretamente na questão da identidade urbana, promovendo uma polarização entre centros e margens ao afirmar que o centro histórico possui uma “imagem urbana muito afirmada” e é o “símbolo da Identidade Coletiva do Porto” (CMP, 2020, p. 41), enquanto na zona oriental “a diversidade e a fragmentação deste território concorrem para a existência de uma identidade urbana bastante débil...” (CMP, 2020, p. 44). Áreas de caráter histórico surgem no texto do novo PDM sempre associadas aos tecidos mais consolidados e antigos da cidade, que são considerados reminiscências de “lugares identitários”, como se não houvesse história e identidade produzida para fora do chamado centro histórico da cidade. Sem negar a existência de intensas desigualdades sociais e problemas de condições habitacionais na zona a serem resolvidos, o que se pretende destacar aqui é o modo como o novo PDM aponta a zona oriental do Porto enquanto um espaço destituído de significado, uma tábua rasa aberta a todo o tipo de experimentação.

Já as narrativas de cidade de profissionais criativos no Bonfim mostram que, ao contrário dos planeadores urbanos, esses atores sociais vêm as margens da cidade enquanto locais de produção de significados e de identidade urbana. É o que mostra a fala do casal Mariana², arte-educadora portuguesa natural de Cabo Verde, e José, cozinheiro nascido da Ilha da Madeira. Os dois mudaram-se para o Porto em 2014 para viver no Bonfim. “Dizem que toda essa zona do Porto nos anos 2000 era popular, mais pobre. Temos as *ilhas*, mas temos edifícios burgueses ao mesmo tempo”, diz Mariana. A inscrição territorial das desigualdades de classe é, como se observa em sua fala, constituinte do espaço urbano e social do Bonfim. As partes mais marginalizadas da zona surgem, para Mariana e José, como lugar de construção de pertença à cidade.

Quando viemos para cá, na rua de São Vítor [onde há a maior concentração de *ilhas* na região]

tinham as ocupações espontâneas, que era ir para espaços devolutos fazer festas. Não sei bem o que existe ou já não existe ali, há muitas obras. Mas era dali para baixo [em direção ao Passeio das Fontainhas na encosta do rio Douro], na rua do Heroísmo, e na linha de comboio devoluta já em Campanhã. (José, morador do Bonfim, cozinheiro)

Mestranda em arquitetura, moradora de um *co-living* e espaço cultural, ambiental e de economia solidária que, em dias de eventos, também serve comidas veganas, Sara considera o Bonfim uma zona de resistência do Porto. Diz que não está gentrificada como a Baixa e o centro histórico e é mais residencial, com casas de família e *ilhas* em situações precárias, casas abandonadas que precisam de reabilitação. Sara diz que, no entanto, espera que não aconteça no Bonfim o que ocorreu na Baixa/centro histórico, se referindo às reabilitações na zona central da cidade com intuito de servir ao turismo.

No Bonfim há também os coletivos que estão à **margem** do sistema, como o nosso e também outros, como A Gralha [centro social autogerido que se autodeclara feminista, antirracista, anti-especista e anticapitalista]. É um espaço mais à **margem**, de lutas várias que procuram fugir do **sistema opressivo que toma conta do centro, descaracterizado, com preços altos e lojas globais**. [Esses coletivos no Bonfim] são espaços que tentam resistir, ser de cá, sem preços abusivos. Há outras lutas também envolvidas, lutas políticas, sendo espaços onde as pessoas sintam-se confortáveis, sem preconceitos. (Sara, mestranda em arquitetura, uma das sócias de uma associação cultural, ambiental, de economia solidária e espaço de *co-living* no Bonfim. Destaques da autora.)

O que chama atenção na fala de Sara é que ela não apenas dá valor à margem, ao que é produzido na margem e tenta fugir do que chama de sistema de opressão, como também mobiliza as noções de centro e global mas numa chave negativa, portanto, oposta à do poder público que encara o centro como um modelo urbano e identitário a ser reproduzido em outras partes da cidade. Nota-se que a ideia de centro/centralidade permanece no cerne da discussão, ainda que aqui

2 Todos os nomes aqui apresentados são fictícios para preservar a identidade e privacidade dos entrevistados.



Figura 2. *Ilha* na rua de São Vitor, no Bonfim. Fonte: Juliano Mattos

de maneira invertida: o centro como algo a ser evitado e a margem a ser mantida a partir de várias lutas. Essa dialética entre centralidade e marginalidade aparece também na fala de Beatriz, designer gráfico, ativista da organização SOS Racismo e moradora do Bonfim. Ela é uma das criadoras de um jornal sobre o bairro.

Em 2018 lançamos um número do jornal sobre o Bonfim e as pessoas gostaram. Não tem grande conceito. É celebrar o Bonfim, fazer um jornal para os amigos. Tinha chegado há pouco tempo e estava maravilhada. **O Bonfim está cheio de histórias - das Belas-Artes, as ilhas, o cemitério. Há muitas diferenças, assimetrias no Bonfim e queríamos ilustrar isso.** (Beatriz, designer gráfico, moradora do Bonfim e cocriadora de um jornal sobre a região. Destaques da autora)

A fala de Beatriz também navega pela dialética centro-margem, perspetivando o centro como um lugar dominado pela lógica do turismo, enquanto o Bonfim ainda estaria à margem desta lógica, embora não ileso a essas novas dinâmicas. O café em que estamos localiza-se no entorno alargado da Faculdade de Belas-Artes: “Esse lugar é mais jovem, *hipster*, moderno, mas quando vai-se aproximando daqui, também sente-se uma história muito forte”, diz Beatriz. A fala de Beatriz remete ao Bonfim enquanto um território atravessado tanto por centralidades quanto por marginalidades. As centralidades se representariam tanto pelas casas burguesas, que acionam a imagem da classe dominante do capitalismo industrial de outrora, quanto pelo *hipster*, que remete aos repertórios de circulação global de consumo



Figura 3. Edifícios em diferentes estados de conservação no Bonfim. Fonte: Juliano Mattos.

e estilo de vida. Ao inserir a cidade nas redes de circulação de capitais, pessoas e emblemas, o *hipster*, de certa forma, remete à centralidade produzida pelo capitalismo global. No entanto, na fala de Beatriz, essa aparente polaridade entre centralidade e marginalidade não é colocada de forma hierárquica. As diferenças, assimetrias e desigualdades são algo a ser mostrado. Essa “história forte que se sente” não seria, pois, apenas a história do Porto burguês industrial ou da elite do capitalismo global, mas também das classes subalternizadas.

A arte-educadora Inês também valoriza a identidade portuense produzida por classes subalternizadas no Bonfim. Ela trabalha em uma associação cultural e esteve envolvida em projetos artísticos junto às comunidades das *ilhas* da rua de São Vítor. Com isso, conta, teria testemunhado

a transformação de algumas *ilhas* em Alojamento Local (AL), com a saída de moradores. Quer a zona de São Vítor, da Lomba ou a Travessa da Póvoa, todas no Bonfim, são muito frágeis do ponto de vista socioeconómico, afirma Inês. Mas ali, de alguma forma, ainda resistiria o que ela chama de “uma identidade ligada à história da cidade” – uma história, nesse caso, produzida por classes não-dominantes: “São pessoas daqui, são pessoas do Porto, nesse momento, autênticos resistentes, pois são os únicos que conseguiram ficar. Vivem em habitações muito degradadas com preços muito baixos, porque as outras casas foram recuperadas e alugadas a preços impossíveis”, afirma. Inês diz que atualmente sente dificuldade em se reconhecer na cidade. O que lhe traz sentido de pertença são os lugares que ainda não passaram pelo

processo de reconfiguração para o turismo – ou de recomposição de margem em centro.

Ainda preciso descobrir alguns recantos de um Porto, se calhar, meio abandonado e decadente, pois acho que o Porto também era isso, para me conectar outra vez. Ou melhor, não é só um Porto decadente, é esse Porto resistente e resiliente. Quando eu falo de decadência eu falo de espaços não rendidos ao turismo. Não é por fazer o culto da decadência, mas o culto do que é autêntico. (Inês, arte-educadora, mora e trabalha no Bonfim)

No primeiro confinamento devido à pandemia do Covid-19, em março de 2020, alguns habitantes e frequentadores das Fontainhas, zona à beira do rio Douro no Bonfim, passaram a ocupar um terreno público para plantar alimentos. José e Mariana contam que antes ali havia uma comunidade de cabo-verdianos a viver, mas a Câmara Municipal os teria despejado e partes das casas teriam sido destruídas, deixando terra fértil devoluta. De maneira auto-organizada, algumas pessoas começaram a limpar trechos do terreno e a fazer hortas. Joana, fotógrafa, conta um pouco sobre o processo.

Durante a quarentena, um dia a passear pelas escarpas, descobri a horta de uma senhora e disse: ‘ok, vou arrumar um espaço para pôr a mão na terra’. Falei com um amigo. Vinha a lua nova. Ótimo para plantar. Chegamos lá e dois irmãos tinham começado a limpar mato, foi vindo mais gente. No Messenger já somos quase 80 pessoas, há partilhas de tarefas, se for preciso. (Joana, fotógrafa, moradora das Fontainhas, no Bonfim)

As hortas das Fontainhas poderiam ser interpretadas pelo que Hall (2021) chamou de repertórios de resistência forjados por reinvenções de posse e formações de alianças. Essas hortas são uma forma de ocupação e uso do espaço para fora da lógica capitalista dominante do planejamento urbano e que, nesse sentido, a desafia, sendo incerto para alguns de seus produtores qual pode ser a ação da Câmara Municipal em relação à ocupação do terreno.

Discussão

Os dados mostram que a noção de identidade da cidade para o poder público se dá a partir de sua

centralidade historicamente construída, ou propriamente do centro histórico da cidade, tido como referência incontestável para o planejamento urbano. Isso levaria a uma política que tenta converter as margens em novos centros (Hall, 2021) em busca de mais-valia. Como afirma Hall (2021) o planejamento urbano convencional ainda não reconhece o valor das margens enquanto espaços de produção de cidade. Ao se manter o foco das políticas urbanas na conversão das margens em novas centralidades, cristalizar-se-ia a noção de hierarquia entre regiões da cidade que, neste entendimento, reproduzem a lógica mais alargada da hierarquia intercidades à escala global. Ou seja, a noção de “centro” é perseguida pela autarquia do Porto tanto a nível global (a cidade-global enquanto modelo a ser alcançado, com criação de infraestruturas para a economia globalizada e projeção internacional da urbe para atração de investimentos e turismo) quanto à escala da cidade (o centro urbano como modelo a ser reproduzido em outras partes da cidade).

Já para os artistas e outros profissionais criativos entrevistados no Bonfim, a noção de identidade urbana parece se produzir também a partir das margens e interstícios da cidade. Nesses espaços se constituiria uma identidade, ainda que não coesa, historicamente construída por classes não-dominantes. Para alguns dos profissionais criativos no Bonfim, a identidade portuense é sentida justamente na decadência das edificações que marcam que a população mais socialmente vulnerável, que vive em habitações degradadas pagando preços baixos, permaneça ali. De imediato, essa concepção pode remeter a um certo “fetiche da marginalidade” (Lloyd, 2010). No entanto, tomando a perspectiva de Harvey (2012), poder-se-ia também considerar que essa valorização da marginalidade, se assim se pode dizer, significa uma contestação à ideia de que autenticidade e originalidade são produtos exclusivos da geografia histórica burguesa e não da classe trabalhadora, do campesinato ou outros grupos que o autor denomina como não-capitalistas. Nesse sentido, pode-se refletir sobre que memórias coletivas estão sendo visibilizadas quando se adota uma estratégia urbana calcada na identidade e nas marcas de distinção (Harvey, 2012).

Enquanto o poder público recorre à identidade da cidade – produzida a partir da imagem do centro histórico e sua suposta singularidade – para projetá-la internacionalmente, os artistas e profissionais criativos valorizam a história da classe trabalhadora e outras populações subalternizadas na região enquanto produtoras de identidade. Mas essa identidade produzida nas margens, em oposição ao centro e pelas classes subalternizadas em oposição às dominantes, teria a função contrária à pressuposta pelo poder público: de preservar a cidade dos avanços do capitalismo neoliberal global, dos fluxos globais de capitais e emblemas e da ideia de que o único caminho possível para as cidades seria ir na direção margem-centro.

Conclusão

Neste artigo tentei demonstrar como a noção de competitividade urbana (Sassen, 2008) foi incorporada ao cerne do planeamento urbano não apenas das chamadas cidades globais, mas também em urbes não globais, caso do Porto. São cidades que estariam traçando estratégias para se aproximar de um modelo, considerado por Robinson (2006), uma ficção regulatória que faz com que potencialmente todas as urbes queiram ser cidades globais. Reproduzem, assim, via o planeamento urbano, fórmulas ligadas à criação de infraestruturas para o capitalismo global – com atração de empresas multinacionais, empreendedorismo cultural e criativo e aposta no turismo.

A partir da análise do novo Plano Diretor Municipal do Porto de 2020, que dá especial atenção à chamada zona oriental da cidade, historicamente marginalizada e estigmatizada, tentei perceber como os projetos de reabilitação urbana funcionam como tentativas de reconfigurar margens em centros (Hall, 2021). Foi possível observar que, na narrativa de cidade pelo poder público, o centro é uma referência que deve ser reproduzida em outras partes da cidade. Em oposição, a narrativa de cidade de profissionais criativos captadas por meio de entrevistas semi-diretivas conduzidas no Bonfim valorizam a história da classe trabalhadora e outras populações historicamente subalternizadas

enquanto produtoras de identidade. Essas margens permitiriam ainda o surgimento de iniciativas diversas e de contestação, ligadas à movimentos ecológicos, artísticos e de cunho não-capitalista, como as hortas comunitárias.

Harvey (2009) afirma que centros e margens se coproduzem de maneira relacional não sendo, portanto, meras oposições. Para ir além da polaridade, então, talvez fosse preciso perspetivar as políticas neoliberais de cidade e as práticas de resistência enquanto contínuos de um mesmo processo. Seria, assim, possível imaginar que nessa nova geografia dos centros e margens (Sassen, 2018), centralidades e marginalidades são constantemente reposicionadas tanto pelo planeamento urbano quanto por políticas de contestação.

Referências bibliográficas

- Agier, M. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21(3), 483-498. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>
- Bourdieu, P. (2011). *A Distinção: Crítica social do julgamento* (1979). Zouk.
- Câmara Municipal do Porto (CMP). (2020). Plano Diretor Municipal do Porto: Relatório Consulta Pública. CMP/DMU. <https://pdm.cm-porto.pt/documentacao/>
- Florida, R. (2012). *The rise of the creative class*. Basic Books.
- Hall, S. (2021). *The migrant paradox: Street livelihoods and marginal citizenship in Britain*. University of Minnesota Press.
- Harvey, D. (2009). *Social Justice and the City*. The University of Georgia Press.
- Harvey, D. (2012). *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la Ville*. Anthropos.
- Lloyd, R. (2010). *Neo-bohemia: Art and commerce in the post-industrial city*. Routledge.
- Pinto, J. R. (2012). A Expansão Suburbana no Porto Romântico – O Caso da freguesia do Bonfim. *Percursos&Ideias*, 2(3), 3-20.
- Pinto, J. (2005). *O Porto oriental no final do século XIX: Crescimento e transformação urbana (1875-1900)*. Tese de mestrado em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Robinson, J. (2006). *Ordinary cities: Between modernity and development*. Routledge.
- Sassen, S. (2008). *The Specialized Differences of Global Cities*. Urban Age: Newspaper Essay.
- Sassen, S. (2018). The global city: Strategic site, new frontier. In L. Ferro, M. Smagacz-Poziemska, M. Gómez, S. Kurtenbach, P. Pereira, & J. Villalón. (Eds.), *Moving cities – Contested views on urban life* (pp. 11-28). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-658-18462-9_2

Zukin, S. (2012). The social production of urban cultural heritage: Identity and ecosystem on an Amsterdam shopping street. *City, Culture and Society*, 3(4), 281-291. <http://doi.org/10.1016/j.ccs.2012.10.002>

Priscilla Santos. Mestre em Sociologia pela Universidade do Porto e doutoranda em Estudos Urbanos (Universidade Nova de Lisboa / ISCTE). Ciência ID: 9E11-3053-D49D. Contato: Priscilla_Santos@iscte-iul.pt

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho 2022.



NA MARGEM E NO CENTRO: A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DAS PERIFERIAS E A LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE BELO HORIZONTE¹

Marcelo Braga de Freitas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
PUC Minas

Resumo

O artigo reflete sobre as desigualdades de oportunidades e acesso a recursos públicos, entre diferentes grupos sociais, que ainda subsistem no principal mecanismo de fomento cultural do município brasileiro de Belo Horizonte, a partir da análise de temas presentes nas entrevistas realizadas com um grupo de produtores e produtoras audiovisuais dos territórios periféricos da cidade. O estudo específico do setor audiovisual da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte tem como objetivo compreender se, nos seus processos de seleção, fica evidente ou não a existência de algum fator de atribuição de benefícios que favoreça a aprovação de projetos de alguns indivíduos ou grupos sociais, em prejuízo da participação de outros, sobretudo de representantes dos segmentos populares. As questões analisadas revelam elementos arraigados no instrumento de incentivo que podem dificultar que as políticas culturais de fomento do setor alcancem os produtores e as produtoras audiovisuais das periferias da cidade.

Palavras-chave: *Produção Audiovisual das Periferias. Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Políticas Culturais. Democracia Cultural.*

1 Este artigo é um desdobramento da minha tese de doutorado intitulada *A qual território você pertence? A experiência da Lei Municipal de Incentivo à Cultura no fomento à produção audiovisual das periferias de Belo Horizonte*, elaborada sob orientação da socióloga Luciana Teixeira de Andrade. A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, de 2017 a 2021. URL:

<http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CienciasSociais_MarceloBragaDeFreitas_19328_Textocompleto.pdf> Acesso em: 16 mar. 2022.

ON THE MARGIN AND IN THE CENTER: THE AUDIOVISUAL PRODUCTION FROM THE PERIPHERAL TERRITORIES AND THE MUNICIPAL LAW FOR INCENTIVE TO CULTURE OF BELO HORIZONTE

Marcelo Braga de Freitas

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
PUC Minas

Abstract

The article reflects on the inequalities of opportunity and access to public resources, between different social groups, which still exist in the main mechanism of cultural promotion of the Brazilian city of Belo Horizonte, from the analysis of some topics present in the interviews carried out with a group of audiovisual producers from the peripheral territories of the city. The specific study of the audiovisual sector of the Municipal Law for Incentive to Culture of Belo Horizonte, aims to understand if, in its selection processes, it is evident or not the existence of some benefit attribution factor that favors the approval of projects by some individuals or social groups, to the detriment of the participation of others, especially producers coming from popular segments of the city. The questions analyzed reveal elements rooted in the incentive instrument that can make it difficult for cultural policies that promote the sector to reach audiovisual producers in the peripheral of the city.

Keywords: *Peripheral Audiovisual Production. Municipal Law for Incentive to Culture. Cultural Policies. Cultural Democracy.*

Introdução

Belo Horizonte é a capital do estado brasileiro de Minas Gerais e carrega em sua trajetória histórica um legado de exclusão das classes populares e de suas manifestações culturais no processo de formação da cidade, que pode ser sintetizado por dois períodos. O primeiro é baseado no modelo de modernização conservadora, irradiado a partir de 1889, no período da Primeira República brasileira, que também fundamentou a criação de Belo Horizonte e impôs princípios de “escolhas e decisões restritas a uma elite, benefícios distribuídos desigualmente; sacrifícios de legados arquitetônicos, de memórias e de comunidades justificáveis em nome do desenvolvimento e do progresso” (Arruda, 2013, p. 229-230), em prejuízo dos interesses da população como um todo. Esse modelo deu forma à prática social de exclusão das classes populares do processo de formação cultural da cidade, já no período de sua construção no final do século XIX, quando removeu moradores e derubou moradias do arraial de Belo Horizonte, local definido pelas elites para edificação da nova capital de Minas Gerais (Barros, 2005).

O segundo período é representado pela cidade atual, heterogênea, forjada pelo desenvolvimento desordenado associado ao intenso processo de urbanização pelo qual Belo Horizonte, inaugurada em 1897, passou ao longo do século XX e que avança sobre o tempo presente. É a perspectiva da cidade contemporânea marcada pela diversidade cultural da sua população, mas também pela elevação das desigualdades sociais entre os diferentes territórios, que caracteriza o processo contínuo de segregação socioespacial do município. Característica comum encontrada no crescimento de grandes cidades brasileiras, no mesmo período (Rolnik, 2022).

Ciente da existência dessa característica excludente na trajetória da cidade, me propus a investigar a Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC/BH), principal mecanismo de estímulo cultural do município e, dessa forma, entender se a desigualdade da estrutura geral do espaço social de Belo Horizonte pode estar também apresentada, como uma forma cumulativa que a segregação

socioespacial da cidade espelha, no campo da sua política de fomento cultural. Para Bourdieu, “a estrutura do espaço social se manifesta nos contextos mais diversos” (Bourdieu, 2012, p. 160).

Ao analisar os resultados de seleção dos projetos do setor audiovisual contemplados nos editais da LMIC/BH, no período 2013-2019, parto do pressuposto que são as estruturas criadas pelos editais que orientam o processo de inscrição e seleção do mecanismo de fomento e indicam a tendência dos projetos do setor incentivados pelo município ao longo do tempo. Se essas estruturas trazem nas suas normas premissas que possam inibir a participação de grupos interessados e que, por consequência, têm reflexo no resultado dos projetos selecionados, acabam por reforçar desigualdades no processo, apesar dos esforços empenhados pelos gestores culturais do município para reduzi-las através de políticas de descentralização cultural e desconcentração de distribuição de recursos públicos.

O estudo procura verificar a existência ou não de algum fator de atribuição de benefícios, ou prerrogativas estabelecidas, que favoreça grupos de interesses prevalentes no processo de seleção dos editais pesquisados da LMIC/BH, em prejuízo da participação de produtores de segmentos populares da cidade. Para tanto, visa compreender o papel desempenhado pela lei no desenvolvimento da produção audiovisual realizada nos territórios periféricos por produtoras e produtores vinculados às periferias da cidade; perceber qual o alcance do mecanismo de fomento como instrumento de democratização do acesso à cultura incentivada pelo município, sobretudo como instrumento de realização da democracia cultural; e, assim, contribuir para a reflexão sobre as desigualdades de oportunidades de acesso a recursos públicos, entre diferentes territórios e grupos sociais, que ainda subsistem no principal mecanismo de promoção cultural do município.

A democracia cultural tem como preceito a participação da população na produção cultural da sociedade, produção essa que abrange a valorização de identidades de grupos e comunidades não hegemônicas. Possibilita aos diferentes indivíduos e grupos sociais desenvolverem seus processos culturais e produzirem seus bens com liberdade e

autonomia, não se restringindo às expressões artísticas da cultura vigente e consagrada numa determinada sociedade.

Premissa universal, ao longo dos anos as noções de democracia cultural têm contribuído para a fundamentação de políticas culturais em diferentes países, especialmente aquelas orientadas pelos princípios da cidadania cultural (Souza, 2018; Chauí, 2006). No caso do Brasil, a partir da redemocratização e, principalmente, da promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconhece os direitos culturais como parte dos direitos fundamentais do cidadão e que assevera, textualmente, a efetivação dos direitos conferidos como um dever das três instâncias de governo: municipal, estadual e federal (Costa & Telles, 2017). Aqui se inclui a experiência das leis de incentivo cultural (federal, estaduais e municipais), entre as quais se insere a LMIC/BH, objeto da exposição empreendida nesse artigo.

Entretanto, para a socióloga Léa Guimarães Souki, a palavra cidadania não possui o mesmo significado da palavra democracia, apesar dos vínculos conceituais existentes entre as duas. A questão da cidadania, para a autora, está relacionada à estruturação da sociedade enquanto nação, numa dinâmica que perpassa pela percepção do tamanho das desigualdades, que as classes dominantes do país toleram como parte desse processo de construção social (Souki, 2006).

Importa ressaltar que o avanço das políticas culturais federais implementadas no Brasil entre 2003 e 2010, sobretudo na gestão de Gilberto Gil como ministro da cultura, no primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, provocou uma alteração no relacionamento entre representações do campo cultural do país e o Estado. Para a antropóloga Lorena Avellar de Muniagurria, tal mudança ocorreu em função de o Ministério da Cultura ter promovido nacionalmente a construção de uma política para o campo cultural do país como uma política de Estado, com forte participação popular e uma definição do conceito de cultura expandido, transbordando o sentido restrito que o relaciona à concepção de cultura erudita e ao ambiente das belas artes (Muniagurria, 2018). Essa experiência vivenciada por atores culturais dos segmentos populares repercutiu intensamente nas instâncias

de governo locais e regionais do país e na construção de políticas culturais em Belo Horizonte, especialmente a partir dos anos 2010.

Nesse movimento que se modifica continuamente, a produção cultural realizada nas periferias urbanas por quem vive nelas, desde os anos 1990, traz novos olhares de valoração e de pertencimento aos territórios periféricos, diferentes das representações convencionais difundidas pela mídia, entretidas nas narrativas sobre pobreza, criminalidade e violência (D'Andrea, 2020). Se, no primeiro momento, a criação musical relacionada ao universo do rap, do hip-hop e do funk dominou as manifestações culturais nos ambientes periféricos e, parte dessas, foi incorporada ao mercado da indústria do entretenimento, nas últimas duas décadas a produção audiovisual tem revelado sua potência e conquistado com seus trabalhos reconhecimento nacional e, em alguns casos, internacional.

Ao se apropriarem da linguagem audiovisual, os produtores das periferias urbanas criam, com suas práticas culturais, narrativas que apresentam novas representações sobre os factos e sentidos subjetivos que constroem uma realidade social até então pouco percebida. E a continuidade desses processos produtivos geram aos seus participantes novas expectativas quanto aos recursos necessários (públicos e privados) ao desenvolvimento dos seus trabalhos (Zanetti, 2008; Hikiji, 2010).

A essa produção realizada nas periferias urbanas corresponde uma mudança relevante de paradigma, que se articula por meio da realização de filmes e projetos audiovisuais que tratam das experiências vivenciadas por esses artistas nos territórios periféricos que habitam, a partir dos significados próprios que atribuem às suas obras, sem mediadores, não mais como agentes secundários, ou no papel de figurantes, mas como atores sociais protagonistas responsáveis pela construção-invenção dos roteiros de suas vidas (Didi-Huberman, 2016; D'Andrea, 2020). Quem fala nos filmes por esses sujeitos são eles próprios e essa condição de fala tem se ampliado, multiplicando e diversificando os discursos e as representações de diferentes grupos sociais participantes do campo artístico-cultural no país (Ribeiro, 2017), apesar das intervenções destrutivas e antidemocráticas

impostas pelo atual governo federal ao campo da cultura e a outros setores da vida pública brasileira, como o meio-ambiente, a saúde e a educação.

Mas o que ainda caracteriza a produção cultural realizada nos espaços periféricos de Belo Horizonte, para a antropóloga Clarice Libânio, é o tamanho do déficit existente de infraestrutura e de políticas públicas culturais nesses territórios. Segundo Clarice, a precariedade de políticas públicas contribui para manter a desigualdade de oportunidades e de acesso a recursos oficiais existente entre diferentes regiões e grupos sociais da cidade (Libânio, 2017).

A tese foi elaborada a partir da análise de dados secundários do setor audiovisual, dos editais pesquisados da LMIC/BH, e das entrevistas produzidas para o estudo. Foram feitas dezesseis entrevistas semiestruturadas, com duração aproximada de 60 minutos cada, em plataformas digitais (em função do estado de calamidade pública de ordem sanitária, decorrente da pandemia e das medidas de isolamento e distanciamento social necessárias ao combate à disseminação do Covid-19), com representantes da produção audiovisual realizada hoje nas periferias da cidade, de diferentes territórios, gerações e trajetórias, entre julho e novembro de 2020. Basicamente dois critérios foram utilizados na seleção dos entrevistados: a participação em algum dos editais da LMIC/BH pesquisados e o relativo reconhecimento do trabalho de coletivos e de alguns autores e autoras independentemente de participação em editais da lei de incentivo.

A partir desse contexto descrito sumariamente, o artigo pretende apresentar e discutir perspectivas observadas nas entrevistas sobre a política cultural de fomento do setor audiovisual da cidade durante o período 2013-2019. As interpretações críticas integrais formuladas desse processo, em diálogo com os conceitos elencados pelo estudo, foram exploradas no espaço da tese.

Perspetivas destacadas nas entrevistas

Para compreender a participação da LMIC/BH no processo de desenvolvimento da atual produção audiovisual realizada nas e por moradores das periferias da cidade, é importante conhecer um ponto de

tensão ressaltado nas entrevistas. Quando perguntados sobre como avaliam o papel da lei de incentivo no fomento da produção de projetos audiovisuais das periferias, diferentes pontos de vista puderam ser identificados sobre esta questão por eles vivenciada, que aparentam uma percepção ambivalente do “estar dentro” e do “estar fora” do mecanismo, às vezes simultaneamente, às vezes de maneira fragmentária. As respostas variaram entre um relativo reconhecimento da importância do instrumento para o estímulo atual das produções audiovisuais das periferias a uma afirmação enfática sobre o baixo alcance efetivo da política para a maioria dos produtores periféricos.

A seguir, a título de ilustração desse horizonte acima descrito, apresento uma amostra de citações dos entrevistados sobre como avaliam o papel da LMIC/BH nesse processo. Porém, sem identificar os seus autores, opção que escolhi como uma maneira de preservar a privacidade do grupo e a relação entre entrevistado e entrevistador:

1. [A lei] melhorou bastante de uns tempos pra cá. A gente vê mais a galera da quebrada passando [nos editais] e produzindo, principalmente nestes últimos anos. Mas ainda acho que não é suficiente.
2. Se a gente for pegar os últimos três, quatro anos eu mantenho esse ‘não’ com essa veemência. Não, claro que não colabora!
3. Quanto ela investe na periferia? Ela está sendo, mais uma vez, fomentadora da desigualdade.
4. Muito pouco, mas tem que reconhecer que existe uma política de descentralização. Acho que poderia ter mais recursos para fomentar mais.
6. Fico pensando em que segmento os recursos da lei de incentivo atendem a periferia. Eu penso que nenhum.
7. A gente tem que conseguir evoluir para outra coisa que não é esse modelo. O ponto chave é o aumento do orçamento.
8. Acredito que ela tem fomentado. É claro que a gente sabe que tem limitações.

(Entrevistas concedidas ao autor entre julho e novembro de 2020)

Dando continuidade às análises, gostaria de repercutir no presente artigo o tema das políticas de descentralização cultural, matéria associada ao problema dos orçamentos do setor, que, ao meu ver, são o primeiro critério de seleção que afeta todos os projetos inscritos nos editais, já que muitos bons projetos possivelmente não são contemplados por falta de recursos financeiros disponíveis para a promoção das atividades culturais da cidade e, de modo geral, do país. O debate sobre a descentralização das ações está relacionado à concentração da distribuição de recursos financeiros pelos mecanismos de fomento cultural, viés intensificado desde os anos 1990 pelas leis de incentivo fiscal, cuja tendência se repete em várias cidades e estados brasileiros.

O geógrafo Bruno Guimarães (2020), em estudo realizado sobre os investimentos em cultura no Brasil, afirma que a concentração de recursos investidos na região sudeste promove uma desigualdade entre estados e regiões ainda maior que a desigualdade representada pela má distribuição de renda do país. Fator presente, também nas cidades brasileiras e em relação aos seus bairros, como observado em Belo Horizonte, pelos gestores culturais do município.

No entanto, os mecanismos de incentivo fiscal, para Carlos Augusto Calil, produtor de filmes, professor e ex-secretário de cultura da cidade de São Paulo, não se adequam às políticas de descentralização de atividades culturais e de desconcentração da distribuição de recursos financeiros públicos. Argumenta que as leis de incentivos fiscais são destinadas às empresas, que concentram os seus investimentos em atividades culturais em regiões que possam responder melhor aos seus interesses corporativos. Calil defende que políticas de descentralização cultural sejam implementadas e financiadas por fundos orçamentários públicos das três instâncias de administração (municipal, estadual e federal), estrategicamente articulados (Calil cit. in Guimarães, 2020).

O fomento estimulado pela LMIC/BH trabalha com as modalidades Fundo e Incentivo Fiscal (IF), desde a sua criação, em 1993. Na última década tem incorporado critérios de avaliação dos projetos visando a descentralização das atividades

culturais e a desconcentração da distribuição dos seus benefícios, numa busca dos gestores municipais pela redução das desigualdades ainda existentes no mecanismo. Todavia, se, como sustenta Calil, ações de descentralização cultural, típicas do paradigma da democracia cultural, não deveriam ser fomentadas por leis de incentivo fiscal, podemos indagar se a tentativa de trabalhar políticas de descentralização cultural com o mesmo instrumento que trabalha o fomento por meio de mecanismos de incentivo fiscal, é um fator limitante, que prejudica o êxito das ações descentralizadoras implementadas, no caso específico, pelo poder público de Belo Horizonte. De acordo com essa visão, a alternativa para diminuir a concentração de investimento na área cultural pode estar na separação das políticas de acordo com as especificidades das diferentes abordagens dadas ao problema.

Entretanto, foi a partir das iniciativas introduzidas no período 2018-2019, nas duas modalidades de fomento, Fundo e Incentivo Fiscal, que a LMIC/BH conseguiu obter melhores resultados com relação às ações de descentralização e desconcentração de recursos aplicadas, conforme demonstram as análises dos editais. Mas, segundo alguns entrevistados, essas mudanças ainda são insuficientes, apesar do reconhecimento das melhorias alcançadas.

Entre outros fatores elencados nas entrevistas, que prejudicam e inibem a participação de produtores audiovisuais das periferias nos editais da LMIC/BH, destacam-se a dificuldade de acesso e a burocracia exigida para a inscrição no processo de habilitação, de seleção, de contratação e de prestação de contas dos projetos contemplados. De maneira ideal, a burocracia apresenta-se como um modelo para assegurar aos participantes a percepção de eficácia e de impessoalidade dos procedimentos estabelecidos (Weber, 2012). No entanto, a burocracia, sob o pretexto de conferir legalidade aos processos administrativos, paradoxalmente, também pode apresentar formas desiguais de acesso da população à fruição dos bens públicos criados pela coletividade, excluindo grupos sociais do uso dos seus benefícios, transformando princípios de impessoalidade em parcialidade e garantia de privilégios.

A questão de fundo que se coloca numa sociedade democrática, independente de sua escala, para a antropóloga Mary Douglas, é que nenhum indivíduo ou grupo social interessado em participar de um bem público produzido pela sociedade a que pertence pode ser excluído dos seus benefícios (Douglas, 2007). Os depoimentos relacionados às dificuldades advindas da burocracia exigida pelos procedimentos da LMIC/BH podem ser melhor compreendidos levando-se em conta essa dimensão do facto. Cabe refletir criticamente sobre a função social básica da burocracia, considerando a sua importância na regulamentação dos processos administrativos públicos e as distorções que, por hipótese, podem ser produzidas quando a mesma burocracia atua como fator de exclusão.

Com relação à dificuldade de acesso aos mecanismos de fomento cultural do município, outro elemento presente nas entrevistas está relacionado ao texto, à linguagem empregada na redação dos editais. A dificuldade alegada é que a escrita utilizada nos documentos oficiais é distante da população e não condiz com a língua do cotidiano. De alguma forma, essa dificuldade vincula-se à formação escolar, evidenciada pelo alto nível de escolaridade apresentado pelos produtores contemplados e também pela maioria dos não contemplados, verificado nas edições analisadas da LMIC/BH.

Para a socióloga Luciana Andrade, existe um recorte de classe nesse contexto: “a classe média, que desde muito tempo frequenta a universidade, é a mais preparada para estes procedimentos burocráticos. Fato que explica também a maior participação de pessoas com curso universitário, mesmo que da periferia. A expansão do ensino proporcionou isso.” (Luciana Andrade. Informação pessoal concedida ao autor em 02 de junho de 2021).

Essa reflexão nos leva a inferir que os produtores audiovisuais das periferias, que são contemplados nos editais da lei de incentivo, são aqueles que na trajetória de suas vidas conquistaram capital cultural semelhante aos dos produtores das classes média e alta, reforçando a ideia de hierarquização de processos formativos na disputa pelos benefícios da LMIC/BH. Associando a questão a contexto análogo examinado pela

antropóloga Regina Medeiros e o cientista social Luciano Muniz, pode-se afirmar que o processo de seleção de projetos culturais do setor audiovisual dos editais da LMIC/BH parece privilegiar participantes que já são beneficiados socialmente (Medeiro & Muniz, 2016).

Outra questão relacionada à dificuldade de acesso aos editais refere-se ao déficit de infraestrutura nos territórios periféricos, exemplificado nas entrevistas pelas dificuldades de acesso à internet. Os procedimentos necessários para atender as exigências expressas nos editais acabam, também, por colaborar com a manutenção de desigualdades subsistentes no processo de participação do mecanismo de fomento.

Avaliação que nos leva a sustentar que a LMIC/BH e seus desdobramentos, na perspectiva de uma política pública que busca efetivar premissas da cidadania cultural, alcançam melhores resultados na divulgação dos seus princípios democráticos do que na efetivação de direitos culturais dos produtores audiovisuais dos segmentos populares da população da cidade. Os fatores escolaridade e infraestrutura, associados à burocracia, formam um conjunto de externalidades do mecanismo de fomento cultural que inibem a participação de produtores audiovisuais das periferias nos editais da LMIC/BH, conforme mencionado nas entrevistas.

Conclusão

As reflexões repercutidas nesse artigo pretendem contribuir para a reflexão sobre as desigualdades que ainda perduram no mecanismo de fomento cultural debatendo formas de ampliação do incentivo público ao campo como um todo. Com isso, procuram potencializar o processo de efetivação de direitos culturais da política municipal.

Nesse contexto, a estrutura dos editais envolve uma contradição que pode ser considerada como representação de um mecanismo institucional que mantém a desigualdade de oportunidades e acesso aos recursos públicos na área cultural. Na concepção bourdieusiana (1996), um limite arbitrário reproduzido acriticamente, de forma naturalizada, na medida em que, em sua maioria, somente são

contemplados nos mecanismos de fomento analisados as produtoras e os produtores audiovisuais das periferias que, ao longo de suas trajetórias de vida, adquiriram capital cultural e social semelhante aos dos participantes das camadas médias e alta, fortalecendo nos certames, especialmente a influência da formação escolar formal, ainda que esta não seja instituída como um critério de seleção. Contraditoriamente ao discurso construído, essa perspectiva dificulta que outros grupos de realizadores, com experiências e formações diferentes daquelas contempladas majoritariamente nos editais, sobretudo dos segmentos populares, acessem os recursos da LMIC/BH. Condição que reforça a reprodução de características da estrutura geral do espaço social da cidade na política pública de fomento do setor audiovisual do município.

Dessa forma, perceber o sentido que os produtores audiovisuais dos territórios periféricos atribuem às suas obras e compreender as ações sociais características que decorrem desse processo amplia o repertório cultural da cidade e ressalta a importância das produções culturais das periferias, tanto quanto das produções de outros territórios da cidade, para a construção democrática de políticas públicas de cultura do município, assinalando perspectivas plúrais que os modos de vida urbanos possibilitam.

Referências bibliográficas

Arruda, R. P. (2013). *Cidades-capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina), Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. Fino Traço.

Barros, J. M. (2005). *Cultura e comunicação nas avenidas do Contorno e La Plata*. PUC Minas.

Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Edusp.

Bourdieu, P. (2012). *A miséria do mundo*. Editora Vozes.

Chauí, M. (2006). *Cidadania Cultural*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Costa, R.V., & Telles, M.F.P. (2017). *Cultura e direitos culturais*. Lumen Juris.

D'Andrea, T. (2020). Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos*, 39(1), 19-36. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010005>

Didi-Huberman, G. (2016). Os figurantes. In A. C. N. Maia & V. C. Nova (Orgs.), *Ética e imagem*. C/Arte.

Douglas, M. (2007). *Como as instituições pensam*. Editora da USP.

Guimarães, B. C. (2020). Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? *Mediações*, 25(2), 412-426. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p412>

Hikiji, R. G. (2010). Sentidos da imagem na quebrada. In J. Leonel & R. F. Mendonça (Orgs.), *Audiovisual comunitário e educação: histórias, processos e produtos* (pp. 107-124). Autêntica.

Libânio, C. A. (2018). A cidade das favelas. In C. A. Libânio & J. A. Pereira (Orgs.), *Periferias em rede: experiências e perspectivas* (pp. 75-80). Favela é Isso Aí.

Medeiros, R., & Muniz, L. B. (2016). Autonomia, status e visibilidade social: o mundo do trabalho na perspectiva do jovem do Plug Minas. In C. A. C. Filgueiras & R. Medeiros (Orgs.), *Jovens, trabalho e políticas públicas: anseios e desafios* (pp. 211-240). PUC Minas.

Muniagurria, L. A. (2018). *Políticas da Cultura: trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*. Humanitas.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Rolnik, R. (2022). São Paulo: *O planejamento da desigualdade*. Fósforo.

Souki, L. G. (2006). A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, 6(1), 39-58.

Souza, V. (2018). Política Cultural: entre a democratização da cultura e a democracia cultural. *PragMatizes - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, 14, 97-107. <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10477>

Weber, M. (2012). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília.

Zanetti, D. (2008). Cenas da periferia: auto-representação como luta por reconhecimento. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 11 (2), 1-16. <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/218/272>

Marcelo Braga Freitas. Doutor em Ciências Sociais (PPGCS/PUC Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil). E-mail: marcelobragaf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5307-3452>.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho de 2022.



A MINHA EXPERIÊNCIA DE CONFINAMENTO: ANÁLISE DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE JOVENS EM TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA E PARA O ENSINO SUPERIOR

Sandra Lima Coelho
Católica Porto Business School
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Cláudia Carvalho Amador
Católica Porto Business School
Maria Isabel Guimarães
Católica Porto Business School

Resumo

Neste trabalho analisaram-se as experiências de confinamento de 43 jovens estudantes do primeiro ano do ensino superior dos cursos de Economia e Gestão da Católica Porto Business School, no que concerne aos processos de transição para a vida adulta e para o ensino superior em tempos de pandemia e de isolamento físico e social. A análise das narrativas biográficas redigidas pelos estudantes permitiu concluir que as circunstâncias em que ocorreram as transições foram profusamente marcantes, sobretudo, no que respeita aos rituais que assinalam os momentos de entrada na vida adulta e no ensino superior: a ausência das festas de aniversário dos 18 anos, do baile e das viagens de finalistas é mencionada como uma situação angustiante e de tristeza. Sendo a amostra constituída por jovens que beneficiam de condições materiais de existência confortáveis e que passaram pelo confinamento sem qualquer provação de cariz material, foi no campo do lazer e das atividades lúdicas que situaram o lado mais sombrio da pandemia.

Palavras-chave: *transições; rituais; confinamento; pandemia.*

MY LOCKDOWN EXPERIENCE: AN ANALYSIS OF BIOGRAPHICAL NARRATIVES OF STUDENTS IN TRANSITION TO ADULTHOOD AND HIGHER EDUCATION

Sandra Lima Coelho
Católica Porto Business School
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Cláudia Carvalho Amador
Católica Porto Business School
Maria Isabel Guimarães
Católica Porto Business School

Abstract

This paper draws on the confinement experiences of 43 young first-year undergraduate students of Economics and Management at Católica Porto Business School and examines the transition processes to adulthood and higher education during the pandemic and physical and social isolation. Biographical narratives written by the students revealed that the context of such transitions was profusely significant, mainly regarding rituals that mark entry into adulthood and higher education. Students found the lack of 18th birthday parties, prom and senior trips particularly distressing and saddening experiences. However, participants in the study are typically well-off young people leading comfortable material conditions and went through confinement without any material ordeal. That may explain why they identified the loss of leisure and recreational activities as the pandemic's darkest side.

Keywords: *transitions; rituals; lockdown; pandemic.*

Introdução

Trabalhar com jovens estudantes do primeiro ano do ensino superior é desafiante. Desde logo, porque esses jovens, de um modo geral, encontram-se em momentos de transição determinantes no seu trajeto biográfico: a transição para o ensino superior e para a vida adulta. Essas transições pautam-se por profundas mudanças no quotidiano, no estilo de vida, nas redes de sociabilidade, na ocupação e fruição de tempos livres. As transições são, igualmente, marcadas por inquietações, angústias e incertezas. O desafio torna-se ainda maior quando se procura sensibilizar os jovens para a necessidade de compreender o que se passa à sua volta, questionar a realidade e proceder à análise da vida social.

O ano de 2020 foi particularmente fértil no que concerne a problemas suscitados pela realidade e, nomeadamente, pela situação pandémica causada pelo SARS-CoV-2. É um ano que marcou, indelevelmente, as nossas vidas: o mundo ficou em suspenso, refém de um vírus que rapidamente originou uma pandemia. Remetidos a uma situação de confinamento previamente desconhecida, o nosso quotidiano transformou-se e reconfigurou-se. Desde o teletrabalho até ao ensino online, do estreitamento das práticas culturais à cultura de apartamento, das sociabilidades e dos afetos à distância, a pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 transformou o espaço-casa num espaço multifuncional e agregador de todas as práticas e vivências: espaço de trabalho, de estudo, de ensino e de aprendizagem, de lazer, de sociabilidade e de consumo.

Neste cenário, várias questões surgiram no que concerne às consequências desta pandemia, entre as quais se destaca o seu impacto nas diversas faixas etárias. O estudo das jovens gerações tem sido presença constante na produção sociológica portuguesa, sobretudo no que concerne às identidades e culturas, valores e representações juvenis, assim como os seus trajetos escolares e sociais (Pais, 1993). Neste trabalho, focamo-nos nos jovens e, mais especificamente, nos jovens estudantes do primeiro ano do ensino superior. Como é que estes jovens experienciaram o confinamento? Como é que estes jovens, em transição do ensino secundário para o ensino superior e em transição para a

vida adulta, lidaram com a privação de experiências de vida e rituais de passagem tão marcantes como as festas de aniversário dos 18 anos (dos próprios e dos amigos), os bailes e viagens de finalistas e os rituais de praxe académica?

Na disciplina de Sociologia Económica, lecionada na Católica Porto Business School, convidámos os estudantes, no ano letivo de 2020/2021, a narrar as suas experiências durante o primeiro confinamento. Estas experiências foram relatadas na forma de narrativa biográfica. Os estudantes seguiram um guião constituído por blocos temáticos e pré-estabelecido pela equipa docente, que lhes permitiu estruturar a reflexão e a narração das suas experiências no contexto específico de confinamento obrigatório, suscitado pelo estado de emergência decretado no país, de 19 de março a 4 de maio de 2020. O campo de estudo não foi, assim, uma situação fictícia ou artificial, mas sim as interações e práticas dos estudantes no quotidiano, num momento específico das suas vidas.

Os estudantes reconstruíram e (re)ordenaram livremente as memórias deste percurso, ordenando os acontecimentos, omitindo determinados factos e episódios e realçando outros. A leitura destas narrativas proporcionou um conhecimento aprofundado sobre as suas sensibilidades, emoções e sentimentos durante o primeiro período de confinamento. Ramos e Alvarez (2021, p. 15) sustentam que “os estudos sobre a juventude são (...) uma linha de investigação que surge (...) com um enfoque particular nos estudantes universitários, nas suas origens sociais, nas suas práticas e nas suas representações sociais”. São jovens que adiarão a sua entrada no mercado de trabalho (e na vida adulta), optando por aumentar as suas qualificações (Brannen & Nilsen, 2002, cit. in Guerreiro & Abrantes, 2007; Sagnier & Morell, 2021) e que desejam, nesta fase das suas vidas, “viver a vida” e “gozar a liberdade”, saindo à noite, viajando, divertindo-se, convivendo, antes de “assentarem”, ou seja, de assumirem as rotinas e obrigações inerentes à vida adulta (Guerreiro & Abrantes, 2007). Estes jovens viram-se, repentinamente, não só privados dessas experiências de vida, como confinados ao espaço habitacional durante cerca de um mês e meio, num contexto de risco e de incerteza.

Investigar jovens no século XXI envolve olhar para o conceito de juventude no plural, dada a diversidade e multiplicidade de experiências juvenis que se cruzam na complexidade das relações sociais, das transformações estruturais e do risco e incerteza inerentes ao mundo atual (Rocha et al., 2016). Oliveira, Lacerda, Santos e Freixa (2018) destacam, nesta perspetiva, três linhas de pesquisa essenciais: as linhas clássicas das transições para a vida adulta, culturas juvenis e da emergência de uma cultura digital. Nas páginas que se seguem, apresentamos uma análise de um conjunto de 43 narrativas biográficas, focadas numa dessas linhas: a transição para a vida adulta e os rituais de passagem para esse ciclo de vida, assim como para o ensino superior. Damos, assim, voz a vidas e sonhos interrompidos e em suspenso.

Transição para a vida adulta

Guerreiro & Abrantes (2007, p. 149) apontam que a transição para a vida adulta constitui sempre um processo integrado e total, no qual se articulam as trajetórias dos jovens nas várias esferas, as variáveis de género, os apoios de que dispõem, entre outros elementos. Já Blatterer (2007, p. 773) avança que “As sociedades modernas não fornecem respostas definitivas quanto ao início da vida adulta”. Por outro lado, vários autores sublinham que é essa a razão pela qual os cientistas sociais se debatem com os conceitos de vida adulta e, consequentemente, de juventude. As controvérsias sobre a “pós-adolescência”, a “vida adulta emergente”, a “vida adulta suspensa” e a “nova vida adulta” (Blatterer, 2007) dizem respeito a “temas relacionados com ambivalências, riscos e oportunidades, introduzindo novas formas e exigências futuras de lidar (aprender) com essa nova realidade.” (cit. in Bois-Reymond, 2011, p. 115-116). Por seu turno, Banks et al. (1992) distinguem entre transições aceleradas e transições prolongadas, quando se reportam às transições para a vida adulta. Neste caso concreto, estamos perante jovens estudantes recém-chegados ao ensino superior, logo, em processos de transição prolongados por via da aquisição de capital escolar, ao invés da opção pela via profissional.

A amostra deste estudo é constituída por jovens de classes médias que tendem a seguir estratégias de transição que privilegiam o futuro. Bourdieu (1984) reconhece a existência de dois modelos diferenciados de juventude com correlação com o espaço de classes. De acordo com a perspetiva deste autor, os jovens das classes médias empossam percursos longos de escolaridade e de qualificação, dispondo, assim, de vastas oportunidades nos campos das sociabilidades, do emprego, do lazer e da família, ao contrário do que sucede com os jovens da classe operária que, desde cedo, ingressam na vida ativa e em processos de constituição de família, seguindo os parâmetros tradicionais. Ora, tal não se verifica entre os jovens incluídos neste estudo, corroborando a tese de Guerreiro e Abrantes (2007, p. 42) que advogam que, em geral, os jovens das classes favorecidas têm percursos de escolaridade longos e entram tarde no mercado de trabalho. Os trajetos analisados enquadram-se no prolongamento da dependência financeira face à família de origem, facto a que não é alheia a opção pela continuação do percurso escolar.

Guerreiro e Abrantes (2007, p. 154) designam de “transições lúdicas” as transições para a vida adulta caracterizadas por “longos trajetos de escolaridade, incluindo a experiência académica, ainda que nem sempre estejam associados a um grande envolvimento nas áreas de estudo. (...) Quase sempre, estes jovens permanecem até uma idade tardia em casa dos pais, gozando de um estatuto de “semi-dependência”. Já Nilsen et al (2002, cit. em Guerreiro & Abrantes, 2007) definem que estes jovens usufruem de liberdades praticamente ilimitadas e encargos financeiros quase nulos. Guerreiro & Abrantes (2007) explicam que, como consequência dos processos de modernidade avançada, os jovens, atualmente, dispõem de um maior leque de escolhas, no que concerne ao consumo, ao lazer e à formação, o que possibilita que um amplo conjunto de jovens possa usufruir de um período de “pós-adolescência”, beneficiando de uma vivência descontraída e despreocupada, como advogam Cavalli (1995), Galland (1995b) e Du Bois (1995) (cit. in Guerreiro & Abrantes, 2007). Os resultados da presente pesquisa corroboram esta tese. Efetivamente, os jovens que integram a amostra valorizam a individualização

e a realização pessoal, priorizam o convívio com os amigos, as saídas noturnas e a diversão.

Os jovens que beneficiam destas “transições lúdicas” gozam de um suporte familiar que lhes abre portas para os campos do lazer, do consumo e da formação, incompatíveis com os empregos precários e mal remunerados que o mercado de trabalho lhes reserva. Deste modo, este modelo de transição é mais frequente entre os jovens das classes favorecidas, cabendo à família assegurar os encargos financeiros dos jovens até uma idade tardia e os jovens alcançam níveis de escolaridade elevados sem grande esforço (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 153-154), o que se coaduna com as características encontradas no discurso dos jovens desta amostra:

No momento em que começámos a ter aulas agendadas e um horário online, senti uma transição da minha vida de lazer para, novamente, um dia a dia com obrigações e deveres por cumprir, bastante brusca e agressiva. (Gonçalo)

A experiência do confinamento social

Ao período pandémico está associada uma nova terminologia, usualmente utilizada por profissionais de saúde e cientistas, que passou a fazer parte do nosso quotidiano, dos quais destacamos os conceitos de confinamento social e de isolamento social. O confinamento social (Porto Editora, s.d.-a) é um conceito que está associado a um conjunto de indivíduos que, por motivos de saúde, se encontra impossibilitado de sair de casa por razões de saúde ou de segurança. Por sua vez, isolamento social (Porto Editora, s.d.-b) define aquilo que, em Psicologia, se traduz numa situação de ausência de contacto social, privação de contacto social e familiar e que, com a questão pandémica, ganhou um novo relevo, tendo como principal objetivo evitar a propagação do vírus de SARS-CoV-2.

No que concerne à experiência de confinamento, os relatos destes estudantes permitem concluir que as suas vidas se tornaram entediadas e as rotinas mais difíceis de realizar. Entre os que praticam desporto, os atletas mencionaram que a sua prática desportiva diminuiu, o que contrasta com o discurso dos estudantes que, não sendo atletas

de competição, intensificaram as suas práticas de atividade física:

Deixei de sair de casa e, conseqüentemente, a minha atividade física baixou de uma maneira drástica. O facto de os ginásios terem fechado também contribuiu para o meu sedentarismo. (Margarida)

Outra vertente *onde* senti uma enorme diferença foi nas atividades, principalmente, desportivas. Eu sou um atleta de futebol federado. Estava habituado a treinar quatro vezes por semana e a ter jogo ao fim de semana e, de repente, comecei a passar os dias no sofá, o que foi bastante complicado. (Afonso)

(...) perdi a noção dos dias da semana, era tudo tão igual! o sedentarismo estava a tomar conta de mim. (...) Era uma pessoa muito ativa, mal tinha tempo para estar a assistir televisão, das aulas ia para o ginásio e do ginásio ia para os meus treinos de natação. Passei do “oito ao oitenta” *onde* tudo o que fazia para além das aulas era ver televisão. (Pedro)

Soube ocupar muito bem o meu tempo e distrair-me com várias coisas, incluindo fazer desporto (...). Em dias normais, tentava fugir ao máximo ao exercício físico, desculpando-me a mim mesma que não tinha tempo para o fazer. (Helena)

Estes resultados vão ao encontro do estudo efetuado por Branquinho et al. (2020), no qual foram inquiridos 617 jovens entre os 16 e os 24 anos, com idade média de 19 anos e no qual os inquiridos revelam que as suas vidas se tornaram mais monótonas, menos produtivas, a atividade física diminuiu entre os atletas, mas a prática desportiva aumentou entre os que não são atletas. Os resultados do nosso estudo acompanham, igualmente, as conclusões da investigação levada a cabo por Gouveia et al. (2021, p. 35) que revela que “a condição física, o bem-estar e saúde mental foram dimensões de impacto incontornável em muitas das respostas e, em alguns casos, referidas como negativamente afetadas pelo prolongamento da situação pandémica”.

No ponto seguinte, damos conta das experiências vivenciadas pelos estudantes, no que concerne aos rituais de transição para o ensino superior dos quais se viram privados.

A importância (e a ausência) dos rituais de transição para o ensino superior

Guerreiro & Abrantes (2007, p. 165) demonstram que a transição para a vida adulta não é uma simples situação de passagem, mas antes um percurso no qual se produzem e reproduzem práticas e representações singulares. Por seu turno, Pais (2001) aprofunda as questões da instabilidade e da incerteza que caracterizam a particularidade de muitos jovens contemporâneos que vivem o seu dia-a-dia entre uma tensão constante entre o presente e o futuro. Esta realidade não seria, à partida, sentida pelos jovens que integram a amostra. Contudo, este estudo decorreu num espaço-tempo de pandemia, o que marcou os processos de transição destes jovens, que não beneficiaram da passagem simples e amena proporcionada pelo conforto material das suas condições materiais de existência e que antes se desenrolou num período de mudanças e de instabilidade, marcado por dificuldades muito específicas.

Os processos de transição para a vida adulta ocorrem, hoje, num contexto de risco (Guerreiro & Abrantes, 2007), dada a imprevisibilidade das transformações, quer na esfera cultural quer na esfera económica, que deixam em aberto uma miríade de possibilidades. O atual contexto de pandemia revela que as transições também acarretam dificuldades e riscos. Se, no mundo pré-pandemia, os jovens enfrentavam o problema da reestruturação e precarização do mercado de trabalho, esta geração vê-se agora a braços com uma adversidade única que abriu espaço para um panorama de grande incerteza, instabilidade e medo, condicionado os seus trajetos biográficos, o seu quotidiano e os processos de transição para a vida adulta.

Este contexto tão específico conduziu a uma desintegração e desestruturação de um processo que, dadas as características dos estudantes que constituem a amostra, esperar-se-ia amena, hedonista e marcada pelo reforço de laços sociais com o grupo de pares, nomeadamente, através dos rituais de passagem como o baile e as viagens de finalistas, a praxe académica, a Queima das Fitas ou as festas de aniversário que marcam o ingresso na maioridade. Porém, acabou por ser um período de

insatisfação, de incertezas, de alterações profundas no quotidiano, de adaptação e readaptação constantes, marcado pela inexistência de um tratamento e/ou de uma vacina (à data do início da redação deste trabalho, estamos em pleno segundo período de confinamento obrigatório), portanto, à mercê das condições e contingências da situação pandémica, que obriga a confinamentos restritos e a viver em estado de emergência, provocando uma certa incapacidade de viver o presente e de planear o futuro. Este contexto de imprevisibilidade leva-nos ao conceito de “transições incertas”, formulado por Guerreiro e Abrantes (2007, p. 167), que caracteriza os processos de entrada na vida adulta no Portugal contemporâneo e que nos parece muito adequado ao incerto contexto atual. Como ocorreram, então, os rituais que marcam essas transições, em tempos de confinamento?

Branquinho et al. (2020, p. 626) sustentam que, no que respeita ao “impacto na vida social e nas relações de amizade, os jovens referem que a pandemia pode provocar perda de contactos, diminuir as competências interpessoais e impossibilitou a vivência de momentos e acontecimentos importantes, como o baile ou viagem de finalistas.” Esta pesquisa revelou resultados similares, sendo que vários estudantes mencionaram a angústia de não vivenciar rituais de passagem como o baile e a viagem de finalistas, como veremos adiante.

No início do século XX, Durkheim (1912) escreveu que os rituais são factos sociais que promovem a união entre aqueles que os praticam. Neste âmbito, podemos afirmar que os rituais praxistas desempenham um papel reconhecido como sendo relevante na vida coletiva das universidades, assegurando a coesão entre os elementos desse nicho comunitário. Ao ritual praxista acrescentam-se outros, como a Semana Académica, a Queima das Fitas, o Cortejo Académico, as cerimónias de graduação, entrega de diplomas e bênção das pastas. Estes rituais são comunitários e são experiências dotadas de um forte cariz emocional e “socialmente impostas aos indivíduos através da tradição e da pressão social, permitindo assim uma perceção distinta do tempo” (Costa, 2020, p. 124). Com o confinamento, as atividades nos *campus* universitários foram suspensas. As cerimónias de graduação foram canceladas ou

realizadas *indoor*, no mundo virtual, simbolicamente, para não deixar de se cumprir o ritual. Sendo uma construção social, o ritual vive mais numa realidade idealizada, pré-conjeturada, com base na memória ou por antecipação e não numa realidade “real”, fixa e imutável. Assim, foi com naturalidade que as práticas ritualistas migraram para o mundo virtual.

Entre os rituais de passagem para a vida adulta relacionados com o ingresso no ensino superior contam-se, igualmente, ainda que não ocorra com todos os estudantes de ensino superior, a saída de casa da família de origem para morar na cidade na qual se situa a faculdade. Passa-se a partilhar casa com os amigos ou colegas de curso, ou a viver em residências universitárias. Neste grupo de estudantes, não se vislumbram testemunhos nesse sentido. Os rituais mais mencionados foram o baile e a viagem de finalistas e as festas de aniversário dos 18 anos, a marca da transição para a maioridade, como podemos ler nos seguintes excertos:

Todos os planos para o futuro foram adiados e, passado algum tempo, cancelados: o baile de finalistas, as viagens de verão e de Páscoa (...) Sendo eu uma adolescente que atingiria a maioridade neste ano, grandes expectativas este acontecimento me reservava: desde terminar o secundário, ter a tão esperada viagem de finalistas, ingressar no ensino superior, entre outros. (Margarida)

Os meus pais nunca me deram a liberdade que eu pretendia, nunca quiseram que eu ‘voasse muito alto’ e com isso não me deixavam fazer uma viagem com as minhas amigas. Mas, (...) nesse ano íamos fazer uma viagem com a escola a Barcelona, onde eu iria com as minhas melhores amigas para a festa! Já estava a poupar dinheiro para irmos à discoteca e a outros *pubs*, onde iríamos ter toda a liberdade do mundo e onde, certamente, iriam ser os melhores cinco dias da nossa vida. Mas, por causa do Covid, essa viagem foi cancelada e até fizemos em conjunto um minuto de silêncio para a nossa frustração e revolta acalmarem. (Olívia)

No dia em que foi decretada a pandemia ficámos todos chateados, porque isso significaria que não haveria viagem de finalistas nem baile de finalistas nem nada do género. (Sandra)

Assim, o dia 16 de março (segunda-feira), foi o primeiro dia útil do meu confinamento forçado. Calha que nesse mesmo dia eu completei 18 anos... Se foi triste? Foi, sem dúvida que foi. Tantos planos, preparativos, expectativas... Tudo gorado. A festa para 50 pessoas que ia ter lugar no sábado seguinte, e cujo local, menu, decoração, tinha escolhido com cuidado, ficou adiada indefinidamente... Até hoje, aliás. (...) Foi um dia involuntariamente triste. Sem a presença dos meus amigos, dos meus avós... (Matias)

O meu 18.º aniversário foi em pleno confinamento. Não conseguia deixar de pensar que a grande festa de aniversário que desejava e organizava há meses não iria acontecer. (Alexandra)

Um assunto que era muito falado entre nós era o baile de finalistas. Eu ansiava muito para saber de que forma é que a minha escola ia lidar com a situação e fiquei bastante desapontada (apesar de entender os professores) quando soube que já não iria haver baile pois não havia condições para isso. (Catarina)

Considerações Finais

A “juventude” é uma construção social, “formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo”, como nos relata Pais (1990, p. 146). Falar em jovens, como se se tratasse de uma “unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação”, considera Bourdieu (1984, p. 153). As narrativas aqui analisadas dão conta de experiências muito similares, o que fortalece a ideia de que, neste estudo, estamos perante um grupo de jovens com características homogéneas, que beneficiam de condições materiais de existência confortáveis que lhes permitiram viver o confinamento sem grandes percalços e que não foram, certamente, experimentadas pela generalidade dos jovens portugueses. Estes estudantes não tiveram de preocupar-se com questões inerentes à sua subsistência. Assim, as suas preocupações, em tempos de pandemia,

incidiram naquilo que lhes esteve vedado e que se relaciona com práticas de lazer e hedonismo: estar com os amigos/as, dedicar-se a *hobbies* ou outras atividades não remuneradas como a prática de desporto, a ida ao ginásio, as festas e viagens e, ainda, os rituais de passagem para a vida adulta e para o ensino superior.

Apesar de Bauman (2001) considerar que a juventude se caracteriza, atualmente, pela sua vivência líquida, marcada pelo seu carácter provisório (no que concerne ao emprego – vivemos numa época de precariedade disfarçada de “flexisegurança” –, à habitação e aos relacionamentos que já não são para a vida) e não tanto pela ideia de um estádio de transição linear, foi possível verificar, nesta amostra, que estes jovens se encontram em fase de transição e que, face aos seus elevados volumes de capital económico familiar de origem, essa transição se assegura suave e lúdica. Não obstante, a situação de pandemia interferiu com essa transição, sobretudo, no que concerne à vivência dos rituais de passagem para a vida adulta e para o ensino superior: como pudemos constatar, foram vários os relatos que refletem a angústia de ter perdido a festa de aniversário dos 18 anos, o baile e a viagem de finalistas.

Por fim, recordamos que nos propusemos a analisar o impacto da pandemia em jovens de uma classe social privilegiada, capitalizada económica e culturalmente e que são estudantes dos cursos de Economia e de Gestão, logo, os resultados são apenas representativos desta amostra e, por isso, não se aplicam à generalidade dos jovens portugueses.

Referências bibliográficas

- Banks, M., Banks, M. H., Bates, I., & Breakwell, G. (1992). *Careers & Identities*. Milton Keynes. Open University Press.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Zahar.
- Blatterer, H. (2007). *Coming of Age in Times of Uncertainty*. Berghahn Books.
- Bois-Raymond, M. (2011). Aprender a ser jovem pai ou mãe na Europa. In J. M. Pais, R. Bendit & V. S. Ferreira (Orgs.), *Jovens e Rumos* (pp. 113-133). ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- Bourdieu, P. (1984) *Questões de Sociologia*. Fim de Século.
- Branquinho, C., Santos, A. C. & Matos, G.M. (2020). A Covid-19 e a Voz dos Adolescentes e Jovens em Confinamento Social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 21(3), 624-632. <http://dx.doi.org/10.15309/20psd210307>
- Costa, R. (2020). Graduation by the Couch. Ritual, pandemic and life that does (not) goes on. In C. Sales, E. Araújo & R. Costa (Orgs.), *Tempo e Vidas em Suspensão. Time and society in the lounge* (pp.125-142). CIES-ISCTE.
- Durkheim, É. (1912). *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse. Le Systeme Totémique en Australie*. Les Presses Universitaires de France.
- Gouveia, R., Silva, S. S., Almeida, A. N. de, Wall, K. (Coord.), Vieira, M. M., Carvalho, D. & Ribeiro, A. S. (2021). *Os Impactos Sociais da Pandemia: o Segundo Confinamento*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2007). *Transcrições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Pais, J. M. (1990). Lazeres e sociabilidades juvenis: um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, XXV, 591-644.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Análise Social.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Ambar.
- Porto Editora (s.d.-a). *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Consultado a 9 de junho, 2021, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/confinamento>
- Porto Editora (s.d.-b). *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Consultado a 9 de junho, 2021, em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/isolamento>
- Ramos, A., & Alvarez, E. (2021). Principais olhares e contributos da Sociologia para a consolidação do estudo da juventude em Portugal. In Sagnier, L. & Morell, A. (Coords), *Os jovens em Portugal, hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem* (pp. 11-29.). Fundação Francisco Manuel dos Santos,
- Rocha, G. P. N., Lalanda-Gonçalves, R., & Medeiros, P. D. (2016). *Juventude(s): Novas realidades, novos olhares*. Edições Húmus.
- Sagnier, L., & Morell, A. (2021). *Os jovens em Portugal, hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sandra Lima Coelho** é Assistente Convidada na Católica Porto Business School. Investigadora colaboradora do IS-UP. Doutorada em Sociologia pela FLUP. Licenciada em Sociologia pela FLUP. Mestre em Desenvolvimento e Inserção Social pela FEP.
- Cláudia Carvalho Amador** é Assistente Convidada na Católica Porto Business School. Licenciada em Sociologia pela FLUP e mestre em Sociologia pela FEUC.
- Maria Isabel Guimarães** é Professora Auxiliar e regente da disciplina de Sociologia Económica nas licenciaturas de Gestão e Economia na Católica Porto Business School. Mestre em Sociologia do Trabalho pelo ISCTE e doutorada em Sociologia pela School of the Social Sciences da University of Manchester.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho de 2022.



A IMPORTÂNCIA DAS REDES DIGITAIS NO ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS DA UNIVERSIDADE DO PORTO: REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE E PRESENÇA DA POLÍTICA EM PORTUGAL

Luigi Piantavinha
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

O impacto da Quarta Revolução Industrial com a digitalização do mundo e a internet das coisas é notória na camada da sociedade pós-moderna. Os telemóveis, por exemplo, mudaram a maneira como as pessoas interagem e comunicam com outras no espaço público (Abdel-Aziz et al., 2016). Essas ferramentas digitais são utilizadas frequentemente para manter os usuários informados sobre os acontecimentos e notícias, seja transmitindo-os em telas públicas ou disponibilizados aos mesmos através de redes sem fio a qualquer hora e em qualquer lugar como mostrado por Abdel-Aziz (2016). Estas são especialmente populares entre os jovens, como apresentado pelo Eurostat (2022), em 2021, 95% dos jovens na União Europeia usam internet todos os dias. Os media digitais também têm uma influência profunda no sucesso dos movimentos sociais (Klusener, 2018), como visto em movimentos como #Blackslivematter ou até mesmo o Movimento dos Coletes Amarelos. Ora, dentro deste contexto, buscou-se perceber de que forma as plataformas de redes sociais podem estar relacionadas com o engajamento e a presença política de jovens. Para isso, examinamos a presença da política no cotidiano dessa população para poder compreender o peso deste fator no engajamento político. A partir de dados recolhidos de entrevistas realizadas com uma amostra de 84 jovens universitários em Portugal, analisamos seus hábitos de consumo político (tanto no meio de media digital quanto tradicional) e suas opiniões sobre ativismo político. Descobriu-se que o impacto da internet e dos media digitais não têm uma relação forte com engajamento político; o que relevou, na verdade,

uma tendência já pré-existente: a baixa participação dos jovens portugueses na política, como mostrada por Accornero e Ramos Pinto (2015). Daqueles que têm alguma presença de política no seu cotidiano, a maior parte é de forma indireta – com o telejornal de fundo – e pouquíssimos a buscam ativamente. Dentro desse grupo, o digital é o principal meio de busca política.

Palavras-chave: *ativismo, redes sociais, juventude, política.*

THE IMPORTANCE OF DIGITAL NETWORKS IN THE POLITICAL ENGAGEMENT OF UNIVERSITY STUDENTS: REFLECTION ON THE ACTIVITY AND PRESENCE OF POLITICS IN PORTUGAL

Luigi Piantavinha
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Abstract

The impact of the Fourth Industrial Revolution with the digitization of the world and the internet of things is notorious in the layer of postmodern society. Mobile phones, for example, have changed the way people interact and communicate with others in public space (Abdel-Aziz et al., 2016). These digital tools are often used to keep users informed about events and news, either by broadcasting them on public screens or made available to them over wireless networks anytime and anywhere as shown by Abdel-Aziz (2016). This is especially popular among young people, as shown by Eurostat (2022), in 2021, 95% of young people in the European Union use the internet every day. Digital media also have a profound influence on others in the success of social movements (Klusener, 2018), as seen in movements like #Blackslivematter or even the Yellow Vests Movement. Now, within this context, we sought to understand how social media platforms can be related to the engagement and political presence of young people. For this, we examined the presence of politics in

the daily life of this population to be able to induce the weight of this factor in political engagement. Based on data collected from interviews carried out with a sample of 84 university students in Portugal, we analysed their political consumption habits (both in the medium of digital and traditional media) and their opinions on political activism. The impact of the internet and digital media was found not to have a strong relationship with political engagement, which actually revealed a pre-existing trend: the low participation of young Portuguese people in politics, as shown by Accornero e Ramos Pinto (2015). Of those who have some political presence in their daily lives, most are indirectly - with the television news in the background - and very few actively seek it. Within this group, digital is the main means of political search.

Keywords: *activism, social networks, youth, politics.*

Introdução

O papel das redes digitais na sociedade contemporânea tem instigado várias reflexões e pesquisas. As tecnologias de informação e suas subjacentes plataformas comunicativas podem influenciar e impactar alguns aspetos da sociedade. A forma como socializamos, consumimos, construímos profissões, buscamos empregos ou nos informamos é moldada pela nossa relação com o mundo digital e as plataformas de redes sociais. Apesar disto, é preciso, salientar a importância de um questionamento crítico sobre os desencadeamentos sociais deste poderoso meio de comunicação. Especificamente no campo político, é notável a influência das redes digitais em diversos níveis, mas e no engajamento político? De que maneira os sociólogos podem entender a influência das redes digitais no engajamento político dos jovens universitários?

Como citado por Castells (2004) em *A Galáxia Internet*, a rede é um conjunto de nós interligados, as redes são formas muito antigas da atividade humana, mas atualmente essas redes ganharam uma nova vida, ao converterem-se em redes de informação, impulsionadas pela internet. O conceito sociológico de redes sociais nos ajuda a entender laços, percursos de vida, acesso a recursos e influências de grupo no indivíduo, onde a rede em si tem um poder nas relações sociais. No presente artigo, usaremos o conceito de rede social não no seu sentido sociológico, mas no sentido de plataformas de redes sociais online. Considerando isso, o impacto cultural das redes sociais na política e nas camadas do social é evidente; ora, grandes movimentos de contestação política social, tal como #Blacklivesmatter e o Movimento dos Coletes Amarelos, nasceram nas plataformas online. Nota-se, pois, um engajamento político e ativismo no antro do digital, mas como podemos de fato perceber essa influência? O tema interessa pelo facto de estudarmos jovens universitários, população particularmente mais envolvida nas manifestações políticas ao longo da história e, também, os que mais estão inseridos das redes sociais *online*. As perguntas de partida que norteiam as reflexões e análise dos dados

centram-se no questionamento de qual é o verdadeiro peso das redes sociais *online* no engajamento político dos jovens universitários portugueses? Existe algum diferencial substancial entre os meios digitais e os meios tradicionais no consumo de política? Se existe, podem as plataformas de redes sociais aumentarem a presença da política na vida desses jovens? Tais plataformas poderiam influenciar a atividade política, no sentido da participação e ativismo? A importância deste estudo reside, neste sentido, na atualidade e na relevância da maneira como a política está sendo feita e percebida no *online*. Estes acontecimentos resultantes das interações digitais podem-nos apontar para um caminho mais preocupante. Ora, não muito longe vemos como a ascensão de discursos e movimentos de extrema-direita ganham popularidade e força via internet. A ascensão de um grupo político radical não se dá somente pela ordem tecnológica senão em um contexto social mais complexo. Nesse sentido, é de se sublinhar que, em toda a sua conjuntura, o uso das plataformas digitais é determinado pelo contexto social, pelo que os usos e as apropriações feitas pelos jovens são reflexos das suas distintas realidades.

O objetivo principal deste artigo é, então, perceber a importância das redes sociais *online* para o engajamento político dos jovens universitários, bem como analisar a presença da política na vida desse grupo social. As perguntas de partida foram pensadas para entender em que medida podemos, de facto, relacionar as redes digitais com o engajamento político e se poderíamos traçar alguma relação. A fim de perceber com mais clareza os questionamentos postulados, o trabalho está dividido em três partes. Em um primeiro momento, será desenvolvida uma revisão da literatura que abarca os conceitos chave para este estudo, como o ativismo, o engajamento e as redes sociais *online*. Num segundo momento, apresentarei os dados recolhidos de uma pesquisa feita com 84 estudantes universitários para, a *posteriori*, na terceira e última parte, tecer uma breve conclusão dos dados recolhidos em articulação com os conceitos e textos anteriormente desenvolvidos.

Revisão da Literatura

No escopo da atual era digital e do crescimento em curso das redes *online* no campo da política, o engajamento e atuação política dos jovens tornam-se um tema de importante relevância. Como a vida *online* pode moldar o engajamento político dos mais jovens? Para tentar desenhar um quadro analítico que respondesse ou apontasse pistas sobre esta questão, foi selecionada literatura especializada em temas principais para a abordagem, tais como o ativismo, o engajamento e a relação congruente desses pontos na era digital. Foram priorizados artigos científicos publicados recentemente pois, com a mudança estrutural do tempo-espaço no *online*, há um mais rápido desfasamento de certas análises. No entanto, obras um pouco mais datadas, mas com relevância atual, académica e argumentativa foram também consideradas. Neste ponto, revisitarei a literatura a fim de expor as noções dos conceitos, servindo de suporte analítico para a discussão acerca dos dados recolhidos.

Ativismo político

Nas discussões plenas sobre o ativismo político, encontramos alguns traços explicativos sobre como podemos mapear esta ação social a nível teórico. Poderíamos discutir a função da mesma em relação aos acontecimentos históricos, sobretudo levando em consideração o advento da era digital, contudo, preferimos seguir por um caminho mais analítico sobre o significado do conceito e suas considerações sócio históricas.

Historicamente, o ativismo é um termo relativamente novo, mas o seu uso político pode ser encontrado nas petições suecas para o fim da neutralidade da Primeira Guerra Mundial, em 1915, ou, mesmo antes disso, como representado em produções cinematográficas, no apelo das sufragistas já em 1899 (Marchetti, 2016 in Neumayer, 2021). Mas, podemos ver, ao reconstruir a ação social, que as Ágoras gregas podiam ser entendidas como uma forma de ativismo e atividade política dentro do seio societário, ainda que não fosse reconhecido a partir do termo, o qual tem sido

contestado e mudado (Bevington & Dixon, 2005; Hoofd, 2012; Neumayer, 2021). Num quadro geral, entretanto, a literatura mostra que o ativismo geralmente se refere a uma forma de intervenção liderada por cidadãos que buscam ativamente melhorar a sociedade pelo meio de alteração da política, economia, dos problemas ambientais ou sociais, remetendo-nos, portanto, para a ação direta refletida no espaço público (Bevington & Dixon, 2005; Hoofd, 2012; Neumayer, 2021).

Esse reflexo é sentido em manifestações, protestos, greves, motins e confrontos violentos; em regra, essa é uma parte do todo, pois há um embasamento estratégico que fricciona os indivíduos que levantam seus punhos fechados contra o céu. Todo ativismo pressupõe algum nível de engajamento sobre aquilo que questiona. No caso da política, é necessário entender, ou ao menos sentir, a estrutura política para tecer um pensamento crítico e proposta de mudança. Como veremos posteriormente, o engajamento é uma peça fundamental para entendermos os movimentos sociais, sobretudo pelo fundamento das fontes de informação. Com o surgimento da internet, estudos foram realizados sobre como essas tecnologias foram usadas para mobilizar o apoio a causas específicas, permitindo que atores sociais desconexos apresentassem conjuntamente um discurso coeso para a tomada da ação¹; sublinho, a propósito, a teoria da força dos laços fracos, de Granovetter (1983), refletindo manifestações e movimentos sociais históricos criados a partir de meios virtuais. Na esfera do digital, o ativismo acaba por ser entendido pelos media tradicionais como tecno determinista (Gerbaudo, 2017), o que muito se relaciona com a notoriedade do ativismo digital na imprensa popular – como é o caso do #blacklivesmatter. Todavia, o ativismo digital não se limita nesse sentido. Na verdade, “digital activism is in many ways a combination of several approaches towards protest, visibility, mobilization, and activity” (Hutchinson, 2019, p. 3).

¹ Ver em *Alternative and Activist Media* (2011) de L. Lievrouw e em *The Logic of Connective Action: Digital media and the personalization of contentious politics* (2013) de W. Bennett e A. Segerberg

Engajamento político dos jovens

O ativismo *online* tem em suas bases um conceito basilar, o engajamento cívico que encontra, no campo digital, uma nova maneira de proliferação e crescimento. As plataformas de comunicação digital forneceram um acesso sem precedentes à informação, bem como espaços públicos para grupos e movimentos sub-representados (Schissler, 2021). A capacidade de compartilhar e divulgar informações, petições e recursos em velocidade recorde desmantelou as barreiras ao engajamento e possibilitou o diálogo entre cidadãos e políticos. Contudo, poderíamos de facto perceber a importância das redes digitais no engajamento político dos jovens universitários? Se sim, como?

A literatura referente aos efeitos da evolução tecnológica nas camadas da vida social se diferencia parcialmente em dois aspetos. Por um lado, numa perspectiva negativa, Robert Putnam (2000) atribuíu o declínio do capital social e a subsequente escassez de engajamento cívico à televisão. No digital, entretanto, alguns argumentam que a internet é um fator de isolamento das pessoas (Kraut et al., 1998; Gergen, 2008) ou não tem efeito significativo no que toca ao relacionamento (Richey & Zhu, 2015). Outros, em contrapartida, percebem o meio digital como um viés que impulsiona e estimula o envolvimento com pessoas no *não-digital* (Skoric et al., 2016; Boulianne, 2009 in Piatak & Mikkelsen, 2021). Por sua vez, os resultados da influência do uso dos media digitais no engajamento dos jovens e participação política são mistos, pois as variáveis do tipo de media social e do tipo de engajamento examinado são sempre flutuantes. Muito embora os académicos tenham, de facto, examinado, mais frequentemente, o impacto do uso das tecnologias de informação e comunicação no engajamento e participação política. Piatak e Mikkelsen (2021) afirmam, no entanto, que há uma relação paralelamente proporcional no envolvimento – leia-se engajamento –, dos jovens com a media; isto é, quando mais o uso dos media digitais tem aumentado, menos envolvidos estão os jovens.

Debruçar-nos-emos nas pesquisas sobre a relação entre engajamento e media digitais. Para tal

abordagem, considero essencial compreender as influências das redes digitais no engajamento político dos jovens uma vez balanceado o uso exponencial das plataformas online e das taxas de redução do engajamento entre os jovens de hoje. Como demonstrado, em um estudo feito nos EUA, com dados de votos de jovens nos anos de 2000 a 2012, conclui-se que aqueles com idade compreendida entre 18 e 24 anos têm as taxas mais baixas de votação (Holbein & Hillygus, 2016), mas também são os mais propensos a usar as redes sociais. Na Europa o cenário mostrou-se ligeiramente diferente. A participação nas eleições europeias de 2019 foi impulsionada por um aumento na participação de jovens, sendo mesmo a eleição com maior presença juvenil desde 1994 (Eurobarometer Survey, 2019), sendo este um dos reflexos do engajamento político desta população. Em seguimento, a discussão política no âmbito digital é fortemente encorajada, altamente circulada e, muitas vezes, pobremente embasada. Sem dúvida, o uso da internet molda o nível de engajamento político dos jovens, entretanto, há um fator externo, o *background* do usuário, em termos bourdieusianos, o acúmulo de capital específico, isto é, quanto mais capital cultural e educacional, maior a probabilidade de um eventual uso crítico e político da Internet.

Neste ponto, devemos destacar, como faz Norris (2001), o olhar e examinar a diferença entre aqueles que usam a internet passivamente e aqueles que a usam como um recurso digital para engajar, mobilizar e participar da vida pública. Isso porque o consumo, ainda que seja de política, de forma passiva, não representa um intento individual e coletivo de engajamento, pode ser percebido como um hábito, o olhar mais cauteloso desses pormenores ajuda-nos a entender a importância das redes digitais no engajamento, logo, o uso de media social ou exposição a informações políticas *online* (Tang & Lee, 2013) é diferente do envolvimento político pessoal de um indivíduo *online*. Contudo, alguns académicos argumentam que a influência positiva do engajamento online é maior para aqueles que já estão politicamente engajados (Bimber, 2003; Xenos & Moy, 2007 in Piatak & Mikkelsen, 2021), em alternativa, outros argumentam,

que o *“use of online news sources transforms people into interest and (...) engaged citizens to a greater degree than online news serves as a tool for those already interested in politics”* (Boulianne, 2011 in Piatak & Mikkelsen, 2021), o que confirma o viés do capital pré-estabelecido ao uso.

Em suma, a relação das pesquisas recentes sobre o engajamento político e o ativismo dos jovens tem sido um microcosmo para um debate mais amplo sobre a evolução do engajamento político na era digital. Podemos perceber de antemão que a participação pública em seus formatos tradicionais de engajamento democrático, quais sejam, o voto, o ingresso em partidos políticos e sindicatos, acabam por sentir uma diminuição ao correr dos anos (a flutuação, entretanto, pode variar também a partir dos usos variados dos media digitais). Os desdobramentos são notáveis, há, por um lado, alguns que percebem esta influência de forma mais preocupada onde esses desenvolvimentos possam ser um perigo não só para as nossas instituições democráticas, mas como para a democracia representativa em seu todo, mas também há outros que ajuntam uma percepção positiva, para eles, ao invés de correr um perigo ou declinar, a democracia está sendo transformada e beneficiada pelos motores da Internet (Hong & Kim, 2018).

Engajamento político dos estudantes da Universidade do Porto

Para avaliar a importância das redes digitais no engajamento político dos jovens universitário foram recolhidos dados através de entrevistas realizadas a alunos do ensino superior, em março de 2021. Utilizou-se uma base de dados que continha dados de entrevistas conduzidas por estudantes da Universidade do Porto², realizadas no âmbito da realização da Unidade Curricular da Sociologia da Comunicação e dos Media. As perguntas foram

² Jovens provenientes de diversos cursos, anos curriculares e origens sociais. Os estudantes universitários não serão diferenciados pela tentativa de perceber o uso generalizado dos estudantes universitários.

elaboradas pensando somente a relação direta do jovem com os media, num espaço temporal de 24 horas, independente de outras variáveis que podem influenciar o consumo.

Optou-se pela realização de entrevistas com perguntas abertas, que consistiam na descrição do consumo diário de medias digitais pelos jovens. Foram priorizadas as seguintes situações: atividade *online*; relação do jovem com as redes digitais como instrumento de ativismo; e tipo de media pelo qual consumiu ou teve contacto com a política: tradicionais (televisão, jornais, revistas, livros, rádios) e digitais (telemóvel, computador, tablets, entre outros). No total, realizaram-se 84 entrevistas, 58 das quais com mulheres e 26 com homens, com uma idade média de 21 anos.

Os resultados encontrados após a análise e tratamento de dados foram, sumariamente, interessantes e reveladores no tocante ao consumo de política dos jovens universitários. Notou-se uma tendencial ausência de política na vida dos jovens: dos 84 jovens universitários da cidade do Porto, 63% não menciona buscar contacto com a política no seu cotidiano, sendo que o parco contacto que mantêm se dá maioritariamente via televisão (69%), nomeadamente consumida nas pausas do almoço e jantar. Quando questionados sobre o objetivo desse consumo na televisão, a obtenção de informação é a segunda razão mais comum (41,7%), atrás do entretenimento (47,6%). No que diz respeito ao ativismo, mesmo aqueles que não mencionaram ter algum contacto com a política no cotidiano, 30,9% das pessoas disseram ver a sua relação com a internet como forma de ativismo político, o que nos revela algum traço de interpretação sobre o que é o ativismo político. Por exemplo, como mostrado na revisão da literatura, essa manifestação vai muito além de greves ou confrontos calorosos, pelo que o ativismo digital representa qualquer protesto ou atividade de cunho político. Assim, manifestar apoio a causas raciais é considerada pelos jovens entrevistados uma forma de ativismo. Nesse mesmo sentido, uma manifestação racista ou homofóbica também é ativismo digital. Para além disso, é de se notar que uma ação ativista pode não ser percebida enquanto ativismo e por isso a leitura dos dados

não é precisa, pois peca também na interpretação dos próprios jovens sobre o termo e suas atividades online.

Por sua vez, quando os jovens mencionam ter *algum* tipo de consumo de política no seu cotidiano (37%), a sua maioria dá-se através dos meios tradicionais (81%), sendo também a televisão o meio mais comum. O uso do digital está presente em 48% dos casos e somente 13% usam exclusivamente as redes digitais para o consumo de política. Dentro do consumo de política através dos dispositivos digitais, os comentários mais comuns feitos pelos jovens revelam a busca por notícias sobre a situação portuguesa, as próximas manifestações do partido comunista, o que algum político do partido que apoiam disse sobre certo assunto e buscavam podcasts falando sobre um tema relevante na política europeia. Notou-se, também, que quando a presença da política na vida dos jovens universitários se dá através dos meios tradicionais de comunicação, nomeadamente a televisão, a maior parte é por consumo passivo, ou seja, no momento de almoço e jantar, onde a televisão está ligada de fundo passando algum conteúdo relacionado. Por fim, quase metade destes jovens (48,3%) não comentou o ativismo como um instrumento relevante das redes digitais, ainda que 44,8% sejam digitalmente ativos. Logo, não podemos traçar uma relação direta entre presença política, ativismo e atividade digital. Somente 14,3% dos entrevistados mencionam procurar política de forma ativa, sendo o principal meio de busca é o digital.

Conclusão

Haja visto a tendente ausência de política no cotidiano dos jovens universitários do Porto, podemos tecer algumas considerações sobre a importância das redes digitais no engajamento político dos jovens universitários. Ainda que, pelas suas próprias características e limitações, os resultados deste trabalho não possam ser extrapolados para o universo de estudo e, por outro lado, se reconheça que a análise do fenómeno carece de um aprofundamento ao nível do papel da internet no

consumo de informação sobre política, mas também das distintas realidades e origens sociais que influenciam as tendências observadas, os relatos dos jovens entrevistados da Universidade do Porto são reveladores de alguns traços relacionais que este grupo etário mantém com os media digitais e a política, nomeadamente no que diz respeito ao baixo nível de contacto com a política no seu quotidiano. Mas a tendencial ausência da política no cotidiano dos jovens universitários não é uma realidade nova. Tal como na premissa de Piatak e Mikkelsen (2021) e se observa nos resultados do estudo de Accornero e Pinto (2015), esta é uma tendência que já estava posta antes da era digital. O que aqui os relatos nos fazem perceber também é que a rede digital não parece funcionar como um diferencial no engajamento político.

Destacamos, portanto, as tendências apresentadas na análise das entrevistas: (1) O ativismo entre os jovens universitários é limitado e o contacto com política no cotidiano não estimula necessariamente a busca ativa. (2) Os meios tradicionais tendem a ter muita força na presença da política na vida dos jovens universitários, mas as redes digitais inclinam-se como principais fontes de uso para a busca ativa da política. (3) A consequência do uso das redes digitais para o consumo da política encaminha para um papel paradoxo: sendo aparentemente importante para o maior engajamento dos já politicamente engajados, mas pelo funcionamento do algoritmo, projetada para recomendações personalizadas aos consumidores a partir dos interesses dos mesmos, afasta aqueles que não a buscam como fonte principal, intensificando sua tendência polarizadora, como apresentado por Bartlett (2018).

Referências Bibliográficas

- Abdel-Aziz, A., Abdel-Salam, H., & El-Sayad, Z. (2016). The role of ICTs in creating the new social public place of the digital era. *Alexandria Engineering Journal*, 55(1), 487-493. doi: 10.1016/j.aej.2015.12.019
- Accornero, G., & Ramos Pinto, P. (2015). 'Mild Mannered'? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491-515. doi: 10.1080/01402382.2014.937587

- Bartlett, J. (2018). *The people vs tech*. Penguin Books.
- Bevington, D., & Dixon, D. (2005). Movement-relevant Theory: Rethinking social movement scholarship and activism. *Social Movement Studies*, 4(3), 185-208. <https://doi.org/10.1080/14742830500329838>
- Bimber, B. (2003). *Information and American democracy: Technology in the evolution of political power*. University Press.
- Boulianne, S. (2009). Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research. *Political Communication*, 26(2), 193-211. <https://doi.org/10.1080/10584600902854363>
- Castells, M. (2004). *A galáxia da internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Eurostat. (2022). *Being young in Europe today - digital world - Statistics Explained*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Being_young_in_Europe_today_-_digital_world&oldid=566905
- Eurobarometer Survey (2019) Have the 2019 European elections entered a new dimension?. European Union. <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/en/be-heard/eurobarometer/2019-european-elections-entered-a-new-dimension>
- Gerbaudo, P. (2017). From cyber-autonomism to cyber-populism: An ideological history of digital activism. *Triple C: Communication, Capitalism & Critique*, 15(2), 478-491. <https://doi.org/10.31269/triplec.v15i2.773>
- Gergen, K. J. (2008). Mobile communication and the transformation of the democratic process. In Katz, J. E. (Org.), *Handbook of mobile communication studies*. (1ª ed., pp. 297-310). The MIT Press
- Granovetter, M. (1983). The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological Theory*, 1, 201-233. <https://doi.org/10.2307/202051>
- Holbein, J. B., & Hillygus, D. S. (2016). Making young voters: The impact of preregistration on youth turnout. *American Journal of Political Science*, 60(2), 364-382. <https://doi.org/10.1111/ajps.12177>
- Hong, S., & Kim, N. (2018). Will the internet promote democracy? search engines, concentration of online news readership, and e-democracy. *Journal of Information Technology & Politics*, 15(4), 388-399. <https://doi.org/10.1080/19331681.2018.1534703>
- Hoofd, I. M. (2012). *Ambiguities of Activism: Alter-globalism and the imperatives of speed*. Routledge.
- Hutchinson, J. (2019). Micro-platformization for digital activism on social media. *Information, Communication & Society*, 24(1), 35-51. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1629612>
- Kraut, R., Patterson, M., Lundmark, V., Kiesler, S., Mukhopadhyay, T., & Scherlis, W. (1998). Internet paradox: A social technology that reduces social involvement and psychological well-being? *American Psychologist*, 53(9), 1017-1031. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.53.9.1017>
- Marchetti, G. (2016). Activism. *Journal of Chinese Cinemas*, 10(1), 4-7. <https://doi.org/10.1080/17508061.2016.1144705>
- Neumeyer, C. (2021). Activism. In Baker, M., Blaagaard, B., Jones, H., & Pérez González, L. (Orgs.), *The Routledge encyclopedia of citizen media*. (1ª ed., pp. 12-19). Routledge
- Norris, P. (2001). *Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. University Press.
- Piatak, J., & Mikkelsen, I. (2021). Does Social Media Engagement Translate to Civic Engagement Offline? *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 50(5), 1079-1101. <https://doi.org/10.1177%2F0899764021999444>
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Richey, S., & Zhu, J. (2015). Internet access does not improve political interest, efficacy, and knowledge for late adopters. *Political Communication*, 32(3), 396-413. <https://doi.org/10.1080/10584609.2014.944324>
- Schissler, L. (2021). *Engaging in the Digital Age: An Analysis of the role of Social Media in Activism and Social Movements*. Boston University.
- Skoric, M. M., Zhu, Q., Goh, D., & Pang, N. (2016). Social media and citizen engagement: A meta-analytic review. *New Media & Society*, 18(9), 1817-1839. <https://doi.org/10.1177%2F1461444815616221>
- Tang, G., & Lee, F. L. (2013). Facebook use and political participation. *Social Science Computer Review*, 31(6), 763-773. <https://doi.org/10.1177%2F0894439313490625>
- Xenos, M., & Moy, P. (2007). Direct and differential effects of the internet on political and civic engagement. *Journal of Communication*, 57(4), 704-718.

Luigi Piantavinha. Mestrando em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: szochoralewicz@hotmail.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 20 junho 2022.

NEW AGE: UMA REVOLUÇÃO CULTURAL EM DOIS MOMENTOS

Tiago Pinto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

O *New Age* surgiu na modernidade na sequência da secularização e da recomposição do esoterismo e da religião no ocidente. Cronologicamente pode ser situado em dois momentos. O primeiro ocorre pós-Segunda Guerra Mundial, quando o movimento foi abraçado pelas gerações juvenis, adquirindo visibilidade pública. Popularizou-se através das subculturas apocalípticas e utópicas e das contraculturas contestatárias, que criaram uma rutura com os estilos de vida da modernidade. O segundo surge nos finais da década de 1970, quando se inicia um processo de reconhecimento coletivo das crenças e práticas espirituais do *New Age* como alternativas ou desviantes. Desde esta altura a difusão do *New Age* tem ocorrido, essencialmente, através de bricolages individuais. Apesar destas práticas espirituais serem muitas vezes apontadas como enquadradas na lógica do mercado neoliberal do sistema capitalista e de não trazerem algo verdadeiramente novo (dado que a maioria recupera práticas esotéricas e espirituais antigas), estas promovem, na sua maioria, igualmente valores ecológicos, o bem-estar físico e psíquico e sentido de pertença a comunidades de vários tipos, nomeadamente digitais. Concluímos neste artigo sobre a necessidade de alargar a investigação sobre o *New Age* em Portugal, como forma de potenciar o conhecimento científico sobre práticas contemporâneas.

Palavras-chave: *esoterismo, New Age, cultic milieu.*

NEW AGE: A CULTURAL REVOLUTION IN TWO MOMENTS

Tiago Pinto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Abstract

The New Age emerged in modernity as a result of secularization and the recomposition of esotericism and religion in the West. Chronologically it can be placed in two moments. The first takes place after the Second World War, when the movement was embraced by the younger generations, acquiring public visibility. It became popular through apocalyptic and utopian subcultures and contestant countercultures, which created a break with the lifestyles of modernity. The second appears in the late 1970s, when a process of collective recognition of New Age spiritual beliefs and practices as alternative or deviant began. Since then, the diffusion of the New Age has essentially occurred through individual DIYs. Although these spiritual practices are often seen as framed in the logic of the capitalist system's neoliberal market and do not bring something truly new (given that most recover old esoteric and spiritual practices), they also promote, for the most part, ecological values, the physical and psychological well-being, and a sense of belonging to communities of various types, namely digital ones. In this article we conclude on underlining the need to broaden the research on the New Age in Portugal, as a way to bolster scientific knowledge on contemporary practices.

Keywords: *esotericism, New Age, cultic milieu.*

Notas introdutórias: o *New Age* como um termo polissêmico

O *New Age* é um termo heterogêneo e polissêmico essencial para o entendimento das mudanças culturais e religiosas que ocorreram no ocidente a partir da segunda metade do século XX. É heterogêneo de duas formas: na sua constituição (interna) e no seu uso – o que nos remete para a sua polissemia. A heterogeneidade interna é relativa à diversidade de movimentos (mais ou menos organizados), crenças individualizadas e espiritualidades que constituem o *New Age*. É importante ressaltar que o termo é dificilmente balizado porque o seu “conteúdo permanece extremamente vago” (Hanegraaff, 1996, p. 1), dificultando uma definição comum. Apesar disso, trabalhos de autores como Hanegraaff (1996), Sutcliffe (2003), Faivre (2010) e Heelas (1996; 2008) permitiram, através de uma análise sócio-histórica da estrutura implícita de crenças, estabelecer a sua polissemia, isto é, encontrar os seus múltiplos sentidos.

O *New Age* surgiu no século XIX (Hanegraaff, 1996), mas foi só a partir da Segunda Guerra Mundial que apresentou manifestações de um movimento mais ao menos unificado (Campbell, 2002). Tomando como referência este marco cronológico, o *New Age* pode ser dividido, essencialmente, em dois momentos. O primeiro perdurou até ao início dos anos setenta e compreende a corrente de indivíduos e movimentos ascéticos, alternativos – discursos contrários aos das Religiões institucionais –, “apocalípticos” e utópicos (Sutcliffe, 2003, p. 3). O segundo eclodiu a partir de 1970 e corresponde ao reconhecimento coletivo do fenómeno *cultic milieu* – conceito que será desenvolvido mais à frente.

A transformação do conceito e a divisão em dois grandes grupos serão compreendidos recorrendo a um entendimento das influências que caracterizam o primeiro momento e as recomposições culturais que deram origem ao segundo.

1. A construção de um conceito: influências do *New Age*

Segundo Hanegraaff (1996), a “substância da religião da Nova Era”¹ é resultado do esoterismo secular e apareceu no século XIX, atingindo a sua maturidade no século XX. O seu aparecimento deveu-se principalmente a uma combinação das seguintes influências:

1. Idealismo romântico (Sebald, 1984).
2. Ensinos pagãos (como, por exemplo, os celtas, druidas, maias, germânicos, helênicos, etc.).
3. Recomposições dentro do judaísmo e cristianismo (Melton, 1988; Hanegraaff, 1996), nomeadamente assentes num esoterismo influenciado pela gnose (Hanegraaff, 2012) e nas fundações da mediunidade e do *channeling*, baseado na procura de sustentação científica (como o kardecismo).
4. Influências de documentos sobre astrologia, alquimia, filosofia da natureza e cosmologia – especial destaque para a importância do *Corpus Hermeticum* (Faivre, 2010).
5. Influências filosóficas não cristãs, como neopitagorismo, estoicismo, neoplatonismo, etc. (Faivre, 2010).
6. Teosofia moderna e antroposofia (nomeadamente, das influências de Helena Blavatsky e Alice Bailey para a primeira e Rudolf Steiner para a segunda).
7. Ocultismo (onde cabe o espiritualismo, o rosacrusianismo, mesmerismo e o swedenborgianismo) (Hanegraaff, 2012).

Assumindo aqui um papel ilustrativo², estas influências foram permeáveis aos desenvolvimentos económicos, políticos e, principalmente, culturais da modernidade. Destaquemos o racionalismo e o desenvolvimento científico que resultou num hibridismo do esoterismo ocidental com o materialismo científico, numa relativização das

1 Em contraste, a Nova Era como movimento aparece somente na segunda metade da década de 1970 (Campbell, 2002).

2 Para entender as diferenças e semelhanças do *New Age* com cada uma das suas influências ver Hanegraaff (1996, pp. 384-454).

pressuposições cristãs no esoterismo tradicional (com destaque para a afinidade com as teorias evolucionistas e a emergência dos estudos comparativos religiosos) e numa proximidade entre a Psicologia e a Psiquiatria (Hanegraaff, 2002).

Os anos 20 e 30 do século XX, foram anos muito importantes para a inovação, consolidação e revivalismos religiosos no ocidente (Sutcliffe, 2003, p. 35). Para o aparecimento do *New Age* contribuíram, em particular, a emergência de um público maioritariamente elitista, num contexto de forte adesão aos ensinamentos de Alice Bailey; a aculturação no ocidente de algumas tradições, como o budismo, hinduísmo e sufismo; as influências das espiritualidades alternativas do movimento inter-religioso; a difusão de uma cultura oculta de ordem cósmica ressacralizada – a astrologia; e a conclusão do processo de secularização do estorismo (Hanegraaff, 1996).

Para a popularização cultural deste movimento muito contribuiu a imprensa escrita, em particular a astrológica, e uma mais elitista relativa ao desenvolvimento espiritual (Sutcliffe, 2003, pp. 38-40).

2. O pós-Guerra e o surgimento de movimentos de contracultura

(...) *Harmony and understanding*
Sympathy and trust abounding
No more falsehoods or derisions
Golden living dreams of visions
Mystic crystal revelation
And the mind's true liberation
Aquarius! Aquarius!
 (Rado et al., 1979).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, de consequências catastróficas e sem precedentes, os imaginários da sociedade começaram a ser permeados pela ideia de um mundo que teria de ser substituído por uma ordem diferente, transcendental – visão milenarista. Para sobreviver ao “fim do mundo” (seja por causas sociais ou humanas) era necessária uma preparação para uma nova civilização, de abundância e iluminação espiritual, a Era do Aquário.

Os estudos dos UFO (Ovnis – objetos voadores não identificados) popularizavam-se nesta altura e assumiam-se vanguardistas na defesa de um novo mundo evoluído tecnologicamente, culturalmente e espiritualmente. Surgiram múltiplos testemunhos de encontros amigáveis e espirituais com *aliens*, mas foram as representações contrárias, destes seres como malignos (Bader, 1995, p. 79), que se popularizaram. A par destes “cultos”, a Era do Aquário popularizava-se noutras subculturas, as comunidades utópicas³. O excerto da música que abre este capítulo, *Aquarius*, do musical *Hair*, ilustra bem algumas das crenças destas comunidades, a importância da astrologia, a busca pela harmonia, a presença de misticismos e a transcendência espiritual. Neste processo seria imprescindível, através de um trabalho coletivo comunitário (Ferguson, 1980, p. 23), o serviço humanitário e o amor altruísta – como demonstra o desfecho da versão cinematográfica do musical *Hair*⁴, produzido por Miloš Forman em 1979.

Estes movimentos alternativos, tal como a religião e as ideologias, são epifenómenos (Barker, 1982), “ou seja, nunca se demarcarão da influência de interesses classistas ou superarão a estrutura económica da sociedade” (Vilaça, 2006, p. 110), mesmo que seja através de uma postura contestatária. Estes movimentos apresentavam assim uma rutura com os modos de vida da modernidade (Heelas, 1996, p. 18), como a educação formal, as ansiedades provenientes da “tentativa de causar boas impressões”, as inseguranças enraizadas e as exigências das ideias pré-concebidas sobre as relações. Além disso, também rejeitavam as autoridades de regulação de ordem, como o estado, as religiões ocidentais (nomeadamente as tradições cristãs), a família e até “o ego, que internalizou as tradições, rotinas parentais e outros inputs (...)” (Heelas, 1996, p. 20), sendo substituídos por ensinamentos e processos libertadores e espirituais. Estas crenças conjugavam-se com influências do xamanismo, do budismo e, principalmente, da filosofia perene, entendida como:

3 Um dos exemplos mais ilustrativos é a comunidade de espiritualidade alternativa Findhorn.

4 No final do filme, a personagem George Berger troca de lugar com o amigo Bukowski – recém recrutado para a guerra do Vietnam – e morre.

(...) metafísica que reconhece uma realidade divina substancial para o mundo das coisas e vidas e mentes; a psicologia que encontra na alma algo semelhante ou mesmo idêntico à realidade divina; a ética que coloca o fim último do homem no conhecimento do mundo imanente e transcendente de todos os seres que são imemoriais e universais. (Huxley, 1947, p. 1).

Esta procura seria encontrada em todas as religiões tradicionais e permitiria, através do reino espiritual, descobrir o essencial à união humana.

Estes movimentos subculturais, carecendo, pelo menos num primeiro momento, de uma estrutura organizada, transitaram progressivamente a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70 para uma postura de cultura contestatária constituída por um agregado de culturas alternativas e, conseqüentemente, por uma bricolage de práticas espirituais (Sutcliffe, 2003, p. 108, p. 111) cada vez mais individualizadas.

3. Reconfigurações e difusão do *New Age*

Caraterizado como subcultural e contracultural, o *New Age* sofreu alterações significativas a partir da segunda metade da década de 1970. Os pioneiros do *New Age* “tradicional” começaram a envelhecer, as crenças milenaristas a perder apoiantes e, resultado do crescente individualismo, os valores voltados para o trabalho comunitário perderam força. O *New Age* começou progressivamente a ser associado a um processo imanente que respondia às necessidades e ética individuais, onde as experiências pessoais eram a maior fonte de autoridade. Isto levou a uma falta de agenda coletiva e afastou o *New Age* de um movimento que se constitui como uma entidade organizada (Sutcliffe, 2003, p. 197). Apesar disto, já se tinha iniciado um processo de unificação do reconhecimento coletivo de sistemas de crenças e práticas alternativas e desviantes – o *Cultic Milieu* –, sejam elas “mundos do oculto e do mágico, do espiritualismo e dos fenómenos psíquicos, do misticismo e do novo pensamento, das inteligências alienígenas e civilizações perdidas, da cura pela fé e da cura da natureza” (Campbell, 2002, p. 33).

Um conjunto de características identificam esta reconfiguração do *New Age*. Primeiramente podemos apontar a visão holística. Essencialmente, significa uma alternativa às visões reducionistas (em relação ao espírito) e dualistas (por exemplo, entre Deus e natureza e Ser humano e natureza) das religiões teístas. Nesta medida, os seres humanos e a natureza estão inter-relacionados, num todo orgânico imbuído de energias. Como tal, demonstram afinidade com visões religiosas essencialmente taoístas e budistas.

Em segundo lugar, o *New Age* tem crença em várias formas de existência, mundos e esferas cósmicas comunicáveis. Uma das formas mais comuns de transmissão de informações de entidades incorpóreas oniscientes dá-se através do “Channeling”. Hanegraaff (1996) demonstra-nos como qualquer uma das crenças fundamentais do *New Age* foi primeiro formulada em mensagens, quase sempre espontâneas, provenientes deste método. As mensagens reveladas pelas entidades podem ser comunicadas através de estados de transe, possuindo o médium, discursivamente ou textualmente; por automatismos (como placa Ouija ou escrita automática); clariaudiência, em que o médium ouve vozes interiores e as comunica por uma canalização aberta. Neste último caso a informação não é transmissível por uma fonte individual identificável, mas pelo treino intencional de técnicas “Do-it-yourself” para aceder a habilidades intuitivas como, por exemplo, a criatividade, intuição e a inspiração artística (Klimo, 1987, p. 186).

Em terceiro lugar, é importante assinalar a crença na consciência cósmica. Esta ideia é transversal ao *New Age* desde as suas influências até à atualidade e baseia-se na crença numa consciência mais elevada, que através de um conhecimento da psique levaria à gnose ou iluminação mística. Este processo seria uma parte indispensável para a quarta característica, a procura de autorrealização, que só pode ser conseguida se houver uma procura da espiritualidade subjetiva e adaptação das opções de vida. Os ensinamentos e práticas que priorizam esta espiritualidade expressiva mais individualizada, mas sem dispensar a coletividade, são entendidas como pertencentes à “espiritualidade da vida” (Heelas, 2008).

Por fim, como fomos dando a entender até aqui, o *New Age* popularizou-se na cultura ocidental contemporânea pela pouca institucionalização, o seu carácter dinâmico, a sua educação e as suas práticas informais (workshops, seminários, cursos, etc.).

3.1. New Age: uma vivência na espiritualidade

Num dos poucos trabalhos de investigação sobre o *New Age* em Portugal, Monteiro e Mascarenhas (2020) demonstraram, através de um grupo de reikiianos e um grupo espírita, como as espiritualidades *New Age* permitem oferecer aos participantes:

(...) a eternidade do ser através das experiências das ligações, individuais e coletivas, numa vivência mística religada ao sagrado, experiências interligadas entre o real (vida), o simbólico (uno) e o imaginário (cosmo) no “todo” e que geram novas relações consigo mesmo com o outro e com a natureza. (Monteiro & Mascarenhas, 2020, p. 215).

Esta definição é particularmente interessante por duas razões. A primeira é a sua abrangência, permitindo integrar a maioria dos movimentos *New Age* (mais ou menos organizados) pós-Segunda Guerra Mundial. Mais concretamente, esta noção incorpora diferentes experiências de mente-corpo-espírito (Heelas, 2008), tais como a astrologia, o tarô e outras práticas de clarividências; práticas de comunicação com entidades extramundanas; práticas corporais (como o *Yoga* e o *Tai Chi*); as práticas alternativas ou complementares no tratamento de “doenças” no complexo social, condições psicológicas e condições espirituais, como o *Reiki*; e muitas outras⁵. Em segundo lugar, o conceito tem interesse porque incorpora dois grupos de Portugal, um dos países europeus em que há um crescimento de novos movimentos sociais e práticas menos organizadas ligadas às espiritualidades (Monteiro & Mascarenhas, 2020, p. 209).

A americanização do *New Age* permitiu que

as atividades mente-corpo-espiritualidade, que cresceram nos anos 70 nos Estados Unidos, crescessem também na Europa (Heelas, 2008). No entanto, contrariamente às espiritualidades de contracultura, anticapitalistas e reformistas, o *New Age* ganhava novos contornos de “comércio espiritual” (Brown, 1997) ou neoliberalismo (Carrette & King, 2005, p. 20). No primeiro caso, as espiritualidades são interpretadas sobre contornos do mercado capitalista e disputam um lugar no “*pick and mix*” individual. No segundo caso, soma ao anterior o interesse consumista, de “benefícios corporativos e da economia global” (Carrette & King, 2005). Apesar destes novos contornos de consumo darem espaço a críticas, Heelas (2008, pp. 3-4) aponta que se forem consumidas no sentido de cultivar a vida ou assumir o seu controle, ultrapassam o individualismo utilitarista e enfatizam o humanismo expressivo, respetivamente. Neste sentido, a caracterização do *New Age* totalmente ao serviço do consumo é errada e redutora.

O consumo é, entre outras razões, um entrave ao termo *New Age* ser aceite como legítimo na esfera pública. Podemos apontar como principal razão a difusão mediática do *New Age* circunscrita a uma subcultura desviante. O melhor exemplo é o caso dos *hippies*, onde o uso de drogas, roupas extravagantes, linguagem desinibida e modos de vida contraculturais, criaram um imaginário repleto de conotações negativas (Sutcliffe, 2003, p. 111). Outra razão é os indivíduos não considerarem as suas práticas “novas”. Desde logo, adaptando o contributo de Vilaça (2006) relativamente aos novos movimentos religiosos, debatemo-nos com o paradoxo do termo “novo” ser utilizado tanto a práticas assim catalogadas “...quando surgiram e que conservaram a mesma adjectivação como (...) de formação muito mais recente” (Vilaça, 2006, p. 109). Além disso, como já tivemos oportunidade de demonstrar nesta revisão, as práticas *New Age* também (re)adaptaram, reproduziram e transformaram práticas “antigas”, do esoterismo ocidental, e provenientes do oriente - “...um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o «Oriente» e (na maior parte do tempo) o «Ocidente»” (Said, 2003, p. 31-32). Neste seguimento, o que nesta revisão

5 Para mais de 50 exemplo de práticas administradas por praticantes holísticos da espiritualidade da vida interior, consultar Woodhead e Heelas (2005, pp. 156-157).

ilustramos como *New Age*, pode ser representado pelos seus adeptos ou pela literatura como: um campo dentro das espiritualidades alternativas (Sutcliffe, 2003); movimento alternativo ou de mente-corpo-espírito (Heelas, 2008); uma revolução espiritual (Heelas & Woodhead, 2005, p. 127); parte do esoterismo secular (Hanegraaff, 1996); entre outros. Apesar das diferentes designações e argumentos dos autores, fica a ideia subjacente de que só através do entendimento das religiões tradicionais, das mudanças culturais e uma análise empírica rigorosa, que preze por entender as práticas e representações individuais e sociais, é que se poderá entender qual a adequação terminológica.

Conclusão

A mediatização e a mercantilização do fenómeno *New Age*, nomeadamente através do uso do selo “espiritual”, ou de formas mais ou menos subentendidas como “autoajuda”, penetraram o *mainstream* cultural das sociedades ocidentais democráticas. A espiritualidade demonstra impregnar cada vez mais as crenças e práticas dos religiosos e não religiosos (Heelas & Woodhead, 2005) que, potenciadas por uma procura individualizada de sentido, complexificam-se e crescem. Segundo Hanegraaff (2012, p. 261), a continuidade da ênfase na virtude da liberdade individual suprema conhecido como *New Age* manterá a força, seja através de um consumo utilitarista, seja através de uma reconfiguração identitária individual e coletiva. Alguns exemplos destas reconfigurações são a promoção do humanismo expressivo e de valores ecocêntricos, o encontro da profundidade existencial (Heelas, 2008, p. 19) e uma promoção de melhorias significativas nos relacionamentos sociais (Monteiro e Mascarenhas, 2020).

O caso português não foi exceção às influências do *New Age*, que se apresenta como o país da Europa com maior percentagem de pessoas que estão envolvidas, de forma moderada ou elevada, em crenças e práticas orientais, *New Age* ou

de religiosidades populares⁶ (Pew, 2018). Como referimos, o *New Age* é, tal como a religião e as ideologias (Barker, 1982), um epifenómeno e uma cultura de crenças, no entanto, é mais fluído. Vale a pena uma análise científica que permita compreender de uma forma distanciadas estes fenómenos emergentes, que acabam por penetrar com relativa facilidade nos vários domínios sociais (político, ambiental, educacional, etc.).

Referências bibliográficas

- Bader, C. (1995). The UFO Contact Movement from the 1950's to the Present. *Studies in Popular Culture*, 17(2), 73-90.
- Barker, E. (1982). From sects to society: a methodological programme. In E. Barker (Org.), *New Religious Movements: a Perspective for Understanding Society* (pp. 3-15). The Edwin Mellen Press.
- Brown, M. F. (1997). *The Channelling Zone: American Spirituality in an Anxious Age*. Harvard University Press.
- Campbell, C. (2002). The Cult, the Cultic Milieu and Secularization. In J. Kaplan & H. Löow (Orgs.), *The Cultic Milieu/ Oppositional Subcultures in a Age of globalization* (pp. 119-136). Altamira Press.
- Carrete, J., & King, R. (2005). *Selling spirituality. The silent takeover of religion*. Routledge.
- Faivre, A. (2010). *Western Esotericism: A concise History*. Suny Press.
- Ferguson, M. (1982). *The Aquarian Conspiracy: Personal and Social Transformation in the 1980s*. Paladin graffon Books.
- Hanegraaff, W. J. (1996). *New age religion and western Culture: esoterism in the mirror of secular thought*. Brill.
- Hanegraaff, W. J. (2012). *Esotericism and the Academy: Rejected Knowledge in Western Culture*. Cambridge University Press.
- Heelas, P. (1996). *The new age movement*. Blackwell Publishing.
- Heelas, P. (2008). *Spiritualities of Life*. Blackwell Publishing.
- Heelas, P., Woodhead, L. (2005). *The spiritual Revolution: why religion is giving way to spirituality*. Blackwell.
- Huxley, A. (1947). *Perennial Philosophy* (second). Chatto & Windus.
- Klimo, J. (1987). *Investigations on Receiving Information from Paranormal Sources*. Aquarian Press.

6 Medido através de (i) seis itens relativo à percentagem de pessoas que acreditam na fé; no *Yoga* como prática espiritual; na astrologia, em energias espirituais nas coisas físicas; na reencarnação; e no mau olhado); (ii) e dois itens relativo às práticas (prática meditação e consulta o horóscopo ou cartas tarô). Para mais detalhes ver o estudo *being christian in Western Europe* (Pew, 2018, p. 134-137).

- Melton, G. (1988). A History of the New Age Movement. In R. Basil (Ed.), *Not necessarily the New Age* (pp. 35-53). Globe Pequot / Prometheus.
- Monteiro, D., Mascarenhas, V. (2020). Estar com o universo. As novas espiritualidades dos movimentos sociais da nova era. In J. Neves; P. Costa; P. Mascarenha; I. Castro & V. Salgado (Orgs.), *Eu sou tu. Experiências ecocríticas* (pp. 207-240). <https://doi.org/10.21814/1822.68550>
- Pew Research Center (2018, 29 de maio). *Being Christian in Western Europe*. Pew Research Center. <https://www.pewforum.org/2018/05/29/being-christian-in-western-europe/>
- Rado, J., Ragni, G., Dermot, G. M. (1979). *Aquarius in Hair [Vinyl-Side A]*. RCA records.
- Said, E. W. (2003). *O orientalismo. O oriente como invenção do Ocidente*. Editora Schwarcz.
- Sebald, H. (1984). New Age Romanticism: The Quest for an Alternative Lifestyle as a Force of Social Change. *Humboldt Journal of Social Relations*, 11(2), 106-127. <http://www.jstor.org/stable/23261838>
- Sutcliffe, S. (2003). *Children of the new age*. Routledge.
- Vilça, H. (2006). *Da torre de Babel às Terras Prometidas - Pluralismo Religioso em Portugal*. Edições Afrontamento.

Tiago Pinto. Mestre em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Doutorando em Sociologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. Email: tmcnp.97@gmail.com.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 24 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 9 de maio de 2022.

Visando concretizar o valor da ciência e maximizar o seu impacto, os **Cadernos IS-UP** têm como objetivo estabelecer uma ponte entre a universidade e a sociedade, a ciência e a prática ou, ainda, entre a investigação e a intervenção social.

Aiming to realise the value of science and maximize its impact, **Cadernos IS-UP** seek to establish a bridge between university and society, science and practice, or even between research and social intervention.